

INTRODUÇÃO

Enveredar pelo estudo das famílias multiproblemáticas implica percorrer um caminho repleto de complexidade e evolutivo através das épocas. A operacionalização deste conceito contou com a contribuição de autores como Cancrini, Gregorio & Nocerino (1997, cit. Ribeiro & Sousa, 2005) que as caracteriza pela presença simultânea em dois ou mais membros da família de comportamentos problemáticos severos e estáveis no tempo; insuficiência grave, sobretudo dos pais, nas atividades funcionais e relacionais e no desenvolvimento familiar; reforço entre os aspetos anteriores; fragilidade dos limites, própria de um sistema em que a presença de técnicos e outras figura externas é forte; estruturação de uma relação crónica de dependência com os serviços sociais; desenvolvimento de algumas modalidades pouco usuais de comportamentos sintomáticos¹ nos sujeitos.

Quanto às características específicas deste tipo de famílias, Madsen (1999) sublinha que estas são famílias multi-stressadas, pois vivem momentos de stresse normativo e não normativo frequentes e, até, simultâneos. A necessidade de responderem a sucessivas crises, procurando novas soluções para recentes circunstâncias, dá-lhes a aparência de caóticas e instáveis, mas revelam, ao mesmo tempo, a preocupação em procurar

¹ Desenvolvimento de comportamentos sintomáticos característicos nos pacientes de tipologia sociopática. Caracterizado pelo comportamento impulsivo do indivíduo afetado, desprezo por normas sociais, e indiferença aos direitos e sentimentos dos outros. Exemplo: Impulsividade predominante ou incapacidade em fazer planos para o futuro; irritabilidade e agressividade, indicadas por constantes lutas corporais ou agressões físicas violentas; dissociabilidade familiar, marcada pelo desrespeito materno e paterno e ridicularização de tudo o que diz respeito ao ambiente familiar de terceiros; irresponsabilidade consistente, indicada por um repetido fracasso em manter um comportamento laboral consistente ou honrar obrigações financeiras. (Cancrini, Gregório, & Nocerino, 1997).

soluções, demonstrando capacidade de resolver problemas (Ribeiro & Sousa, 2005). Brofenbrenner (1979) procura fornecer um esquema conceptual para a descrição e inter-relação de estruturas e processos, tanto no ambiente próximo como no mais distante, na medida em que moldam o desenvolvimento humano ao longo da vida. Constitui, assim, uma teoria das inter-relações ambientais e do seu impacto nas forças que afetam de forma direta o crescimento psicológico. Especificamente, preocupa-se com a acomodação progressiva entre um organismo humano em crescimento e o seu ambiente imediato, e a forma pela qual esta relação é mediada por forças do meio físico e social mais vasto.

A ecologia do desenvolvimento humano é conceptualmente definida pelo autor como, o estudo científico da progressiva acomodação mútua entre um ser humano em crescimento ativo e as propriedades em mudança dos cenários imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, sendo este processo afetado pelas relações entre estes cenários, e pelo contexto mais vasto em que os cenários estão embebidos (Brofenbrenner, 1979). Assim, considerando este modelo distinguem-se quatro tipos de estruturas concêntricas, que se influenciam mutuamente e apresentam uma relação inclusiva: micro², meso³, exo⁴ e macrosistema⁵ e que devem ter-se em conta ao analisar a relação entre o suporte social percebido, os acontecimentos de vida negativos e as competências parentais percebidas pelas mães.

² O microsistema é definido pelo autor como um “padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pela pessoa em desenvolvimento, num determinado contexto, com características físicas e materiais particulares” (p.22).

³ No mesossistema encontram-se as influências contextuais que advêm da interação entre os microsistemas, ou seja, as relações/ligações que se estabelecem entre os principais contextos que contêm a pessoa em desenvolvimento, num determinado momento da sua vida (Brofenbrenner, 1979).

⁴ Compreende as estruturas sociais formais e informais que, embora não contenham a pessoa em desenvolvimento, influenciam e afetam o contexto imediato que tem lugar em seu redor (as relações que se dão no interior do microsistema são influenciadas por sistemas externos a elas, sistemas em que a pessoa em desenvolvimento não participa (Brofenbrenner (1979).

⁵ Composto pelos valores culturais, os sistemas de crenças, as circunstâncias sociais e as sucessões históricas de acontecimentos da comunidade que podem afetar os outros sistemas ecológicos, sendo vivenciados e assimilados no decorrer do processo de desenvolvimento (Brofenbrenner (1979).

Pretende-se com este estudo, analisar a relação entre o apoio social, os acontecimentos de vida negativos e as competências parentais percebidas por mães que integram famílias multiproblemáticas, residentes no Concelho de Silves, para posteriormente sugerir pistas para uma intervenção mais adequada às necessidades específicas destas famílias.

Esperamos contribuir para aprofundar o conhecimento acerca das competências parentais nestas famílias, tendo por base a promoção da intervenção externa prestada por técnicos e serviços e não apenas por meros fatores internos. Procuramos assim, analisar as participantes do estudo num determinado contexto, sendo que as explicações são efetuadas tendo em conta quatro níveis de análise: nível intra-individual (o indivíduo), o nível inter-individual e situacional (interações entre os indivíduos ou contexto), o nível posicional (posição que o indivíduo ocupa na rede das relações sociais), e o nível ideológico (crenças, valores e normas).

Tendo por base a Psicologia Social e das Organizações, o presente trabalho, procura aprofundar os conhecimentos relativos ao meio social dos indivíduos e às suas interações sociais, contextualizando esses mesmos conhecimentos no mundo laboral, estudando assim, as relações que se estabelecem entre os indivíduos e a organização, bem como as práticas organizacionais mais eficazes e valorizadoras dos mesmos.

Este trabalho foi organizado em cinco capítulos, do primeiro ao terceiro capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica sobre as dimensões em estudo e os modelos teóricos existentes sobre Famílias Multiproblemáticas, Parentalidade e Apoio Social. No que refere às Famílias Multiproblemáticas e Parentalidade é identificada a origem histórica de ambos os conceitos, o seu enquadramento e a sua definição. É ainda

realizada uma análise das principais características destas famílias, ao nível da sua estrutura e funcionamento, uma vez que estas as dimensões que têm vindo a ser referenciadas na literatura como de maior importância para compreensão da dinâmica familiar.

Relativamente ao conceito de Apoio Social, é realizada uma reflexão sobre a intervenção adotada com estas famílias, são também conceptualizados os profissionais enquanto instrumentos de trabalho, sendo descritos e analisados alguns fatores pessoais, contextos institucionais e pressupostos culturais, que moldam a perceção e interpretação dos acontecimentos por parte dos técnicos e como tal, devem ser tidos em conta para a compreensão da relação entre os profissionais e as famílias com as quais intervêm. O enquadramento teórico desenvolvido ao longo dos primeiros três capítulos enquadra a análise da conceção do estudo.

No quarto capítulo são apresentados os objetivos gerais e específicos do estudo, quanto ao quinto capítulo são enunciados os métodos utilizados para responder aos objetivos a que esta investigação se propôs. Neste capítulo é descrita a amostra, os procedimentos para a recolha de dados e os instrumentos de avaliação utilizados. Relativamente ao quinto capítulo, são dados a conhecer os resultados deste trabalho bem como a análise efetuada, tendo por base as questões de investigação definidas, no sexto capítulo é realizada a discussão destes mesmos dados. Por último, são expostas as principais conclusões e limitações do estudo e ainda, algumas propostas de investigação futuras.

1. FAMILIAS MULTIPROBLEMÁTICAS

A família é um sistema social aberto, dinâmico, com objetivos e autorregulado. Apresenta certas características – tais como a sua estruturação de gênero e geração – que o diferem de outros sistemas sociais. Além disto, cada sistema individual familiar está configurado pelas suas próprias características estruturais particulares (tamanho, complexidade, composição, estágio vital), pelas características psicobiológicas dos seus elementos individuais (idade, gênero, fertilidade, saúde, temperamento, etc.) e pela sua posição sociocultural e histórica num contexto mais amplo (Fuster & Ochoa, 2000).

Neste primeiro capítulo, será apresentado um enquadramento conceptual das perspectivas teóricas que têm contribuído para uma compreensão mais aprofundada da família, e consequentemente da família “multiproblemática”, bem como da parentalidade enquanto instâncias privilegiadas para o desempenho das competências parentais.

1.1. A família

O conceito de família remete para uma “união de pessoas que compartilham um projeto vital de existência em comum, o qual se quer duradouro, sendo nele que se geram fortes sentimentos de pertença a esse grupo, existe um compromisso pessoal entre os seus membros e estabelecem-se intensas relações de intimidade, reciprocidade e dependência (Palácios & Rodrigo, 1998). Assim, a família pode ser definida como um núcleo que facilita e promove o desenvolvimento dos adultos e crianças implicado na própria.

Quanto mais rica for a relação que se gera entre os seus membros, mais numerosos e profundos são os elementos de subjetividade colocados em jogo, pelo que não se

considera uma unidade de subsistência e reprodução, mas sim, um núcleo de existência em comum.

1.1.2 A Família como sistema: Definição e Caracterização

A definição de família de acordo com a perspectiva sistémica enquadra um contexto de mudança de paradigma, passando-se do estudo do indivíduo isolado (pensamento analítico), para o estudo das relações entre o indivíduo e o meio em que se integra, sendo impossível a separação dos mesmos (pensamento sistémico) (Relvas, 1999; Relvas, 2003).

Esta perspectiva sobre a família surgiu intrinsecamente ligada ao movimento da terapia familiar nos anos 50, nos EUA (Hoffman, 2003; Relvas, 1999; Relvas, 2003; Sampaio & Gameiro, 2002). Sendo que este movimento se desenvolveu através da integração de conceitos de outras áreas do conhecimento que não a psicoterapia, concretamente a teoria geral dos sistemas de Ludwig Von Bertalanffy, da cibernética de Norbert Wiener; H. Von Foerster e da teoria da comunicação humana de Gregory Bateson e Grupo de Paulo Alto (Alarcão, 2002; Gameiro, 1992; Hoffman, 1981; Relvas, 1999).

A conceção sistémica, caracteriza a família como algo mais do que a soma dos indivíduos que a compõem, a família é entendida, na sua complexidade, como um sistema de interações que supera e articula dentro dela os vários elementos individuais; deste modo, a exploração das relações interpessoais e das normas que regulam a sua vida como grupo, é necessária para a compreensão do comportamento de cada um dos membros que a formam, a família é um sistema entre sistemas e que é essencial a exploração de relações interpessoais, e das normas que regulam a vida dos grupos significativos a que o indivíduo pertence, para uma compreensão do comportamento dos membros (Alarcão, 2002).

A família é um espaço privilegiado de aprendizagem de dimensões significativas da interação social como: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação e as relações interpessoais (Alarcão, 2002).

Uma família funcional permitirá a realização de duas funções fundamentais: o assegurar da continuidade do ser humano, é nela que o indivíduo nasce, cresce,

reproduz-se e morre, num processo contínuo ao longo das gerações, transmitindo vida. Uma segunda função, que decorre desta primeira, consiste na possibilidade de fazer a articulação indivíduo/sociedade, ou seja, torna possível o equilíbrio entre o crescimento e individuação (a nível afetivo, cognitivo e comportamental) e a socialização de cada membro da família (Alarcão, 2002; Relvas, 2000; Ribeiro, 1997).

As duas teorias clássicas que tiveram mais impacto nesta área foram a teoria geral dos sistemas e o modelo ecológico. A conjugação de ambas veio consolidar um pilar fundamental no estudo da família, o enfoque ecossistémico (Rodrigo & Palacios, 1998).

1.2 Famílias Multiproblemáticas: Concetualização

A concetualização de família como um ecossistema, corresponde a um grupo em interação com o seu habitat que em condições normais, mantém um estado de equilíbrio dinâmico, existindo um balanço entre os recursos de um sistema e os níveis de stress. Quando ocorrem mudanças no exterior da família, combinadas com as mudanças no seio da família, podem produzir-se estados de instabilidade ecológica, nos quais o nível de stresse excede os recursos pessoais e familiares disponíveis, aumentando a probabilidade de conflito e violência mútua (Corcoran & Nichols-Casebolt, 2004; Fuster & Ochoa, 2000).

1.2.1 Famílias Multiproblemáticas: Conceito

Segundo Weizman (1985, cit. Sousa, 2005), defende que as famílias multiproblemáticas distinguem-se pela presença de um ou mais sintomas sérios, graves e de forte intensidade (violência, abuso de substâncias, incestos), que coexistem por longos períodos de tempo. O seu stresse não é apenas referente à situação que as leva à intervenção, relaciona-se também com a vivência de uma história mórbida, de tratamentos falhados, desenvolvimento de sintomas nos seus membros, crises familiares

múltiplas, instabilidade profissional e funcionamento interpessoal seriamente afetado. Tendo em conta a panóplia de problemas e pessoas envolvidas, é frequente que estas famílias sejam apoiadas por um conjunto de serviços, os quais devem ser tidos em conta na sua descrição, para que os comportamentos e relações evidenciados sejam contextualizados (Alarcão, 2002).

Mais recentemente, estas famílias têm sido definidas de forma a destacar alguns efeitos resultantes do seu envolvimento com os serviços de apoio formal (geralmente caracterizado por contactos frequentes e prolongados no tempo, bem como por fronteiras difusas que promovem relações de dependência), nomeadamente “Famílias diluídas” (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007), que deixam de usar os seus recursos em resultado da transferência de funções familiares para os serviços sociais e “Famílias multi-assistidas” (Sousa et al., 2007), que recebem apoios de diversos serviços e profissionais, normalmente pouco coordenados e fragmentados. Estas definições surgem da constatação de que a intervenção não está a surtir o efeito desejado e demonstram que a caracterização destas famílias seria distorcida se descontextualizada do sistema de apoio formal que as envolve (Sousa et al., 2007). Porém o conceito utilizado neste estudo é o de famílias multiproblemáticas.

1.2.2 Famílias Multiproblemáticas: Contexto Histórico

Com a era industrial a família patriarcal baseada na agricultura entra em crise, isto porque as famílias que apresentavam uma vivência comunitária (viviam nas ruas, trabalhavam nos campos e partilhavam tarefas e espaços com os vizinhos), mudaram-se massivamente para as cidades (Linares, 1997; Sousa, 2005).

No final dos anos cinquenta o mundo encaminhava-se para o pós-industrialismo. As cidades expandiam-se em grande escala, diluindo os limites em seu redor, surgindo

assim novos valores culturais. As classes de maiores recursos, saíam dos centros históricos da cidade, deslocando-se para bairros menos urbanos. Simultaneamente, os referidos centros eram ocupados por populações carenciadas, com escassos recursos económicos e sociais (Linares, 1997).

Em 1950, reflexo desta nova realidade, surgem os primeiros técnicos e investigadores a identificar famílias de baixo estatuto socioeconómico como famílias multiproblemáticas, portanto, aquelas que se encontravam no limiar da pobreza associadas a dificuldades relacionais, pessoais, familiares e sociais (Sousa, 2005).

Com o despontar do Estado Providência, estas famílias consideradas não cumpridoras dos seus deveres familiares, são alvo de medidas de política social, no entanto, tem-se constatado que não são só as famílias pobres que possuem dificuldades em interagir ou em cumprir com os seus deveres familiares. De facto, famílias vulneráveis podem encontrar-se em todos os estratos sociais, culturais e económicos (...), mas são as pobres que dão origem aos trabalhos citados e são estas que mais atraem a intervenção. (Sousa, et. al., 2007).

As famílias com baixos recursos económicos destacam-se pela quantidade e também pela visibilidade que advém da procura dos técnicos e do conhecimento da comunidade em geral (Sousa, 2005). No entanto, em estratos sociais, culturais e económicos mais elevados é possível encontrar famílias que se debatem com vários problemas, entre os quais o da interação social e familiar, no entanto, a visibilidade destas situações é menor.

Resultantes de várias pesquisas e reflexões teóricas, cujo foco de atenção recaía na organização estrutural do grupo familiar e nas modalidades relacionais estabelecidas com o meio circundante, surgiram várias designações para famílias multiproblemáticas:

Voiland (1962) define “Famílias associadas”, evidenciando, sobretudo, os problemas de comportamentos sociais desviantes. Minuchin (1967), define “Famílias desorganizadas”, enfatizando o tipo e grau de disfuncionalidade das relações interpessoais e as modalidades de comunicação. Powell & Monahan (1969), definem “Famílias isoladas”, evidenciando o seu isolamento, físico e emocional (independente do estrato social), relativamente à família extensa e ao contexto social, pelo que não possuem qualquer tipo de apoio extra familiar, nomeadamente nas fases mais críticas do seu percurso familiar. Thierny (1976) define “Famílias excluídas”, sublinhando a separação entre as famílias e o contexto parental, institucional e social que também ocorre nas classes sociais médio-altas. Aponte (1981) define “Famílias suborganizadas”, acentuando os aspetos disfuncionais de carácter estrutural, resultantes de graves lacunas/carências no desempenho dos papéis parentais. (Coletti & Linares, 1997). Kagan & Schlosberg define “Famílias em permanente crise” sublinhando que estas famílias estão em crise constante, não existindo períodos de estabilidade (1988, cit. por Sousa et al., 2007). Fulmer (1989) define “Famílias multiparentais”, frisando que a função parental se degrada, pelo facto de se dispersar por várias figuras internas e externas (Sousa et al., 2007). A mais recente reflexão teórica sobre esta questão é a de Minuchin (1998) define “Famílias multicrise” acentuando as vivências familiares serem pautadas por crises sucessivas (Minuchin, 1998).

De acordo com Cancrini , se atendermos as várias dimensões e características propostas por estes autores, na conceptualização do termo famílias multiproblemáticas a maior parte das famílias seriam classificadas como “multiproblemáticas”. Assim, a diferença existente entre as modalidades de famílias referidas por estes autores têm por base: (1) família, cujo comportamento sintomático funcione como fator de equilíbrio para as

dificuldades emocionais dos outros membros do sistema e para o sistema familiar na sua globalidade; (2) famílias em que o comportamento sintomático funciona como um fator de dificuldade e de desagregação, tanto para o comportamento dos outros membros do sistema, como para o sistema familiar na sua globalidade, correspondendo estas às “famílias multiproblemáticas” (Cancrini et al.,1997).

1.2.3 Famílias Multiproblemáticas: Características

Estas famílias são frequentemente caracterizadas por dificuldades ao nível do desempenho de papéis, especialmente os parentais, fraca delimitação dos subsistemas (influenciando a definição dos limites geracionais), tendência para a instabilidade psicossocial nos indivíduos e nos subsistemas (dada a inconsistência da organização estrutural) e um elevado número de elementos do sistema familiar com problemas (Cancrini et al.,1997).

As famílias multiproblemáticas são únicas e especiais em termos da sua estrutura e funcionamento. De forma global, têm sido caracterizadas como sistemas familiares extremamente frágeis mas pouco flexíveis, parecendo ter dificuldade em transformar as crises em oportunidades de crescimento e mudança.

O desenvolvimento dos comportamentos sintomáticos verifica-se, regularmente, nas primeiras fases do ciclo de vida, bloqueando a passagem da família à etapa seguinte, os comportamentos sintomáticos potenciam a desorganização e a desagregação do núcleo familiar, conduzindo a uma situação caracterizada por mau funcionamento do sistema familiar, que parece ser incapaz de realizar de forma satisfatórias tarefas familiares de carácter mais organizativo (suporte económico, casa, educação, saúde, protecção dos filhos e dos elementos mais vulneráveis) como mais relacional (gestão de tensões,

nutrição emocional dos filhos mais pequenos, resposta às exigências de intimidade e de estabilidade afetiva dos membros do sistema). Estas famílias caracterizam-se ainda pela procura constante no exterior de instituições e/ou pessoas que possam desenvolver essas funções, e cuja presença rapidamente contribui para a diminuição progressiva da competência dos membros do sistema familiar. Além destes aspetos, verificasse uma dependência de entidades de assistência, podendo passar de geração em geração (Alarcão, 2002; Cancrini et al., 1997; Neto, 1996).

1.2.4 Famílias Multiproblemáticas: Estrutura Familiar

A estrutura familiar de acordo Minuchin, refere-se à rede invisível de necessidades funcionais que organiza o modo como os membros da família interagem, correspondendo à imagem que podemos ter do funcionamento familiar, para o efeito são tidos em conta a estruturas típicas, limites, subsistema conjugal, subsistema parental, e subsistem fraternal (1998, cit. por Alarcão, 2002).

Relativamente à estrutura típica, pode dizer-se que na vida destes sistemas familiares encontram-se uma estrutura caracterizada por repetidas ruturas e reconstituições (Linares, 1997). Quanto aos limites que as famílias multiproblemáticas estabelecem entre os vários subsistemas e na convivência com o exterior quantificam-se pelo desmembramento, ou seja estas famílias são marcadas pela grande distância entre membros e fronteiras difusas ou excessivamente permeáveis (Minuchin, 1967). Por sua vez, a difusão dos limites associado á forte labilidade afetiva dos membros, desencadeia uma forte desarmonia, originando frequentes conflitos entre os elementos do subsistema conjugal. Assim a instabilidade que impede o amadurecimento das relações conjugais, é a regra que pauta a vivência da conjugalidade nas famílias multiproblemáticas, afetando diretamente a deterioração da parentalidade uma vez que estas estão associadas. Devido

a estas falhas no exercício dos papéis parentais, também o subsistema fraternal é afetado no exercício das suas funções, uma vez que nas famílias multiproblemáticas, os vários filhos muitas vezes são procedentes de várias ligações, pelo que pode verificar-se afastamento, porém também pode ocorrer o inverso, uma relação pautada por grande aproximação, pois em contextos em que se verificam falhas constantes na realização das funções parentais, são muitas vezes os irmãos mais velhos que assumem essa tarefa (Sousa, 2005).

1.2.5 Famílias Multiprobleáticas: Funcionamento

Os membros de uma família estão ligados pelas relações que estabelecem entre si, sendo o padrão destas relações designado de funcionamento familiar (Sousa, 2005).

Os padrões podem variar no tempo há medida que as circunstâncias se altera, assim, a análise destes mesmos padrões torna possível verificar, se as atitudes e comportamentos contribuem para o bem-estar e harmonia, ou se por sua vez, são prejudiciais e causadoras de conflito, favorecendo ou não, o funcionamento do grupo familiar. Para efetuar esta análise sobre os padrões de funcionamento, são consideradas as funções familiares, a comunicação, organização, história e ciclo de vida familiar, redes sociais, recursos e competências (Sousa, 2005).

Segundo Weizman, nas famílias multiproblemáticas parecem não existir objetivos familiares, sendo as energias gastas em conflitos imediatos, conjunturas de emergência e sobrevivência. Daqui resulta um funcionamento familiar pouco satisfatório, tanto nos aspetos mais organizativos (gestão doméstica, proteção dos filhos, etc.) como nos mais relacionais (gestão de conflitos, estabilidade afetiva) (1985, cit. Alarcão, 2000). Relativamente à comunicação como padrão de funcionamento, verifica-se que nas

famílias multiproblemáticas o caos comunicacional, a pobreza emocional das mensagens bem como a falta de diretividade e clareza são características marcantes. Por sua vez, este caos na comunicação reflete-se na tendência para a desorganização espacial e temporal que afetam a relação, quer com os elementos da família, quer com o exterior. Este panorama estimula a procura de pessoas externas ao sistema para suprirem as necessidades, o que concorre para que a família diminua a sua dedicação e aumente os sentimentos de incompetência (Sousa, 2005).

2. PARENTALIDADE

2.1 Análise do ecossistema da parentalidade

Quando consideramos a família como um sistema em que os pais não são somente promotores do desenvolvimento dos seus filhos, mas também, sujeitos que estão eles próprios em desenvolvimento, emergem uma série de funções da família. É onde se constroem pessoas adultas com uma determinada auto estima e um determinado sentido

de si mesmo, e que experimentam um certo nível de bem-estar psicológico na vida cotidiana face aos conflitos e situações stressantes; trata-se de um espaço de preparação onde se aprende a encarar desafios, assim como a assumir responsabilidades e compromissos que orientam a ação dos adultos para uma dimensão produtiva, plena de realizações e projetos integrados no meio social; espaço de encontro entre gerações onde os adultos ampliam os seus horizontes vitais formando uma de comunicação, de afeto e de troca sexual, ponte entre o passado (geração dos avós) e o futuro (geração dos filhos); a família como espaço privilegiado de apoio social para as diversas transições vitais que o adulto vai realizar: procura de parceiro, de trabalho, de casa, de novas relações sociais, reforma, morte, etc. Na realidade, a família é um objeto de estudo complexo e dinâmico, que não facilita a sua análise científica (Rodrigo & Palacios, 1998).

Sendo a família, mas sobretudo os pais, a que assume maior importância a nível de socialização e educação, a parentalidade é uma das funções centrais na vida de muitos adultos e constitui um dos papéis mais exigentes e desafiantes da sua vida. Pode assim, ser definida como um conjunto de ações desenvolvidas pelas figuras parentais (pais biológicos e não biológicos) junto dos seus filhos, no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade (Cruz, 2005).

Enquanto subsistema parental, os pais têm de ser arquitetos de dois tipos de relação com os filhos, aprender e ensinar relações verticais. Desta forma serão os líderes de uma relação de poder, firme mas não autocrático. Este será um poder que, embora vá admitindo, ao longo da vida, níveis cada vez mais amplos e complexos de negociação, não poderá inverter-se nem estará acessível a pedidos de demissão, assim, não podem

deixar de exercer a sua autoridade parental. Na relação com o subsistema parental, o subsistema filial, experimenta lidar com um poder desigual, pelo que a amizade, a cooperação, o entendimento entre pais e filhos não podem ser entendidos como sinónimos de relações horizontais. Em síntese, os pais têm que exercer a autoridade, ensinar a liderança e clarificar as fronteiras inter e intra sub-sistémicas (Alarcão, 2002).

A necessidade de proteção das crianças e a defesa dos seus direitos em relação aos pais, família e sociedade são, definitivamente, contempladas na Convenção dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ratificada, em 1990 pela Assembleia da República Portuguesa) (Calheiros, 2006). Esta refere o papel vital da família enquanto “(...) elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças (...)”, devendo ser-lhe dada “(...)a proteção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade (...)” (UNICEF, 1989; Diário da República, 211/99).

A parentalidade emerge assim, da interação entre os recursos e capacidades parentais, as necessidades de desenvolvimento da criança e fatores familiares e ambientais, afastando-se da ênfase num estilo parental particular. Estamos, então, perante uma conceção ecossistémica da parentalidade, que tem subjacente a existência de diferentes formas pelas quais os pais gerem as suas responsabilidades, o que por sua vez, reflete os recursos e apoios que têm disponíveis, bem como as suas capacidades e características (Calheiros, 2006; Pecnik, Daly, & Lalière, 2006; Voydanoff & Donnelly, 1998).

Atualmente em Portugal, “... a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens... tem por pressuposto essencial uma intervenção que permita assegurar às

famílias condições para garantirem um desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens no âmbito do exercício de uma parentalidade responsável” (DL 12/2008).

Nas tarefas relacionadas com o cuidado e educação, as possíveis mudanças nas relações conjugais, a necessidade de compatibilizar papéis distintos, as mudanças de hábitos, as restrições à liberdade pessoal, as repercussões sobre a atividade profissional e os custos económicos, são alguns dos aspetos que podem ser problemáticos e que ajudam a entender a parentalidade como um processo potencialmente stressante (Alarcão, 2002; Hidalgo, 1998).

2.2 Papeis Parentais

Segundo a visão da Convenção dos Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Pecnik, Daly & Lalière, 2006), existem quatro elementos centrais na parentalidade: (1) o cuidar, que envolve as características orientadas para as necessidades da criança de cuidados emocionais, segurança, sentimento de pertença – vinculação segura, afetividade, aceitação, sensibilidade, responsabilidade, envolvimento e apoio; (2) o estruturar, que se refere às normas de comportamentos apropriados e modelos adequados fornecidos pelos pais, proporcionando às crianças limites e orientação para a sua segurança física e psicológica, para o desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social e para o desenvolvimento de valores; (3) o reconhecimento, que implica a validação e resposta às necessidades da criança, bem como a confirmação às suas experiências pessoais, ajudando ao seu desenvolvimento pessoal e permitindo-lhe participar no processo de tomada de decisões na família; e (4) o empoderamento, que implica a valorização das forças da criança, e reflete a crença de

que os pais devem respeitar a capacidade evolutiva da criança e reconhecer que tanto a infância como a parentalidade são processos dinâmicos.

Em famílias multiproblemáticas com estruturas típicas, os papéis que cada elemento desempenha, estão quase sempre trocados, por razões que se prendem com a ausência do elemento masculino, ou pela monoparentalidade. Os elementos que fazem parte destes agregados não possuem uma proximidade entre eles, podendo dizer-se que o contexto envolvente à família tem uma influência muito grande (Sousa, 2005). Nas famílias multiproblemáticas a parentalidade está comprometida quer no que diz respeito às suas funções socializantes quer às suas funções nutricionais (Linares, 1997). Quando a função nutricional está afetada esta dificulta a “nutrição emocional”, no que diz respeito às funções socializantes, são impeditivas de uma “integração e adaptação social”, falha a proteção aos filhos e a transmissão de normas e valores culturais. Os papéis trocados, o afastamento entre os elementos e os conflitos conjugais, propiciam a desvalorização da parentalidade. As crianças destas famílias crescem muitas vezes sem referências positivas, sem quem as eduque, sem quem lhes transmita valores e princípios fundamentais para o seu desenvolvimento (Sousa, 2005).

2.3 Competências Parentais

Masten e Curtis (2000, cit. por Rodrigo e Palácios, 2008), definem o termo de competências parentais, como um conceito integrador que se refere às capacidades pessoais para gerar e coordenar respostas (a nível afetivo, cognitivo, comunicacional e comportamental), flexíveis e adaptadas a curto e longo prazo de acordo com as diligências necessárias para a realização das tarefas vitais são ao mesmo tempo,

geradoras de estratégias para aproveitar as oportunidades de desenvolvimento. Assim, as competências parentais são consideradas multidimensionais pois implicam um funcionamento integrado da cognição, afeto e comportamento. São ainda bidirecionais, pois têm como função tanto um ajustamento pessoal e social aos contextos, como também para extrair o máximo possível destes, consideradas também dinâmicas pois modificam-se à medida que o indivíduo enfrenta novos desafios e tarefas que têm que resolver, assim como expectativas sociais que tem que cumprir.

Finalmente, as competências parentais, são consideradas contextuais num duplo sentido, uma vez que, se por um lado as tarefas são evolutivas e desempenhadas em contextos vitais, por outro, esses mesmos contextos oferecem a oportunidade ao indivíduo de desenvolver novas aprendizagens e práticas.

White (1990, cit. por Rodrigues et al., 2008,) considera que as competências parentais são um ajuste entre as condições psicossociais nas quais a família integra e o cenário educativo que os pais ou cuidadores foram construindo para a realização das suas tarefas vitais.

Apesar desta descrição de competências parentais, não existem porém modelos ou receitas, pelo que sempre que se desenvolve uma intervenção a nível da capacitação e/ou desenvolvimento de competências parentais adequadas a uma determinada situação familiar, devem ser selecionadas na família aquelas competências que permitam um funcionamento familiar adequado.

As famílias multiproblemáticas têm estruturas, vinculações, padrões recorrentes e fronteiras, que mesmo não funcionando da melhor forma permitem a estas famílias tolerar situações de grande frustração e desenvolver mecanismos de procura e utilização

de ajuda, de forma a enfrentarem as crises múltiplas (Minuchin, Minuchin, Colapinto, 1998). A sugestão de alguns mecanismos corretores parte, paradoxalmente, da desarmonia conjugal, introduzindo um fator de relativização na deterioração parental. Embora a parentalidade esteja normalmente perturbada, associando-se frequentemente a conflitos conjugais, a labilidade afetiva que caracteriza estas famílias e a intensidade da desarmonia e do conflito que experienciam, permitem criar vivências menos monolíticas, e fissuras através das quais se desenvolvem alguns mecanismos protetores e transformadores das insuficiências da função parental (Alarcão, 2002; Linares, 1997). Há o reconhecimento de que os pais amam os filhos, embora sejam incompetentes na execução das tarefas, situação que advém dos seus próprios modelos de referência os quais foram, também, instáveis e inseguros (Sousa et al., 2007).

No estudo desenvolvido por Sousa (2005), sobre as competências percebidas nas famílias por profissionais e famílias multiproblemáticas pobres, verificaram que a união, o apoio familiar bem como o forte vínculo entre pais e filhos foram identificados por ambos como aspetos positivos. Contudo, os profissionais revelaram-se ambíguos, considerando que estes aspetos poderiam também ter um potencial destrutivo para a família. Por outro lado, existem mecanismos compensatórios exteriores à família (família alargada, os vizinhos, os conhecidos, os amigos e as instituições), cuja intervenção é estimulada pela espetacularidade dos problemas e deterioração das condições de vida destas famílias. Estes sistemas de apoio constituem muitas vezes mecanismos protetores e reparadores de algumas funções das famílias (Alarcão, 2002; Linares, 1997).

2.4 A parentalidade nas famílias multiproblemática

O exercício do poder parental nestas famílias, não é assumido, notando-se uma verdadeira desorganização no que se refere a quem define/determina as regras mais básicas na família. Na maior parte das vezes, os papéis parentais não estão definidos, assistindo-se a uma clara delegação de poderes ou troca de papéis.

Esta falta de regras, a definição de papéis, os deficits de socialização e o pragmatismo de que se revestem estas famílias, podem levar a situações de conflito ou agressões entre os membros familiares (Alarcão, 2002; Sousa, et al, 2007). Assim, conjugando tudo isto com a dificuldade de comunicação entre os diferentes membros da família, coloca estas famílias num patamar informativo e relacional deficitário.

Estas famílias, caracterizam-se pela falta de regras de conduta, pela desvalorização da escola, por agregados numerosos, sem estabilidade ao nível profissional e pela hereditariedade relacional. São as crianças que normalmente motivam terceiros nos pedidos de ajuda, muitas vezes pelo absentismo, insucesso escolar ou problemas de comportamento, e também pelos técnicos que sinalizam as famílias pelas condições precárias em que habitam. Espaços que não favorecem a individualidade, a privacidade ou a intimidade, porquanto muitas vezes a divisão é única e toda a vida familiar ali se desenrola, desde o comer ao dormir (Alarcão, 2000).

3. APOIO SOCIAL CONCEPTUALIZAÇÃO

3.1 Conceito

O apoio social funciona como um fator de proteção, que pode contribuir para contrariar os efeitos dos indicadores de risco. Lin e Ensel (1989) definiram o Apoio Social, como o processo pelo qual os recursos sociais que proporcionam as redes formais e informais de apoio, permite satisfazer as necessidades materiais, emocionais e as situações de crise (Rodrigues, Máiquez, Martin & Byrne, 2008).

O apoio social, funciona como fator de proteção que pode contribuir para contrariar os indicadores de risco apresentados pelas famílias multiproblemáticas.

É largamente reconhecida a importância do apoio social para as famílias multiproblemáticas que apresentam fatores de risco, uma vez que, contribui para a melhoria do bem-estar psicológico dos pais e ao mesmo tempo, contribui para uma melhoria das suas práticas educativas, refletindo aprendizagens sociais. O apoio social, funciona ainda como fator de proteção em situações de risco de isolamento.

O apoio social prestado às famílias multiproblemáticas, tem como objetivo facilitar o acesso aos recursos em situação de crise e/ou stresse, sendo assim possível, que os técnicos assumam um papel de observadores externos e que controlem o que sucede na família, podendo influenciar o bem-estar físico e psicológico dos elementos que a integram, reduzindo o impacto dos acontecimentos stressantes, promovendo sentimentos de bem-estar, melhoria de autoestima e bem-estar físico (Rodrigues et al., 2008).

3.2 Diferentes tipos de apoio social

O apoio social em famílias multiproblemáticas, deve implicar uma atitude reflexiva constante sobre as práticas, já que as intervenções requerem modificações permanentes, para que os objetivos propostos sejam alcançados. A especificidade destas famílias, torna os métodos e técnicas habituais pouco eficazes, obrigando os técnicos a experimentar uma série de papéis. Este aspeto, torna-se ainda mais pertinente na intervenção neste tipo de famílias, já que quando se está a tentar resolver um problema, surge simultaneamente outro.

Deve evitar-se o apoio social de carácter assistencialista e desenvolver-se estratégias para que as próprias famílias possam resolver os seus problemas, nos vários domínios. No entanto, numa primeira intervenção, as prestações de carácter assistencial são necessárias, uma vez que, constituem uma resposta em situações de emergência, não devendo, contudo, perpetuarem-se no tempo pois poderão causar dependência.

O apoio social, deve preparar este tipo de famílias para enfrentar as dificuldades, envolvendo todos os elementos da família no processo de mudança, estimulando as suas competências e os seus recursos, explorando-os e sobretudo, valorizando-os, no intuito de os levar a atuar e a desenvolver novas formas de ser e estar.

Estas famílias necessitam também de um acompanhamento regular, evitando a convicção de que só são contactadas quando há dificuldades ou vice-versa. Contudo, este acompanhamento não deve substituir a família na resolução dos seus problemas, mas sim ajudá-la a encontrar soluções, outras formas de proceder, de estar, de comunicar, de se relacionar, entre outras. O apoio social tendo por base esta tipologia de intervenção, pretende resolver um problema, mas acima de tudo, pretende descobrir e

mobilizar as competências de quem o sente, para que o possa resolver (Alegret & Baulenas, 1997).

3.3 Intervenção em situação de crise na família

O conceito de famílias multiproblemáticas⁶, não pretende enclausurar as famílias num protótipo de família, enfatiza sim, toda a complexidade e desafio, colocados por estas, quanto à compreensão e escolha de estratégias de intervenção. De facto, estas famílias constituem um desafio para os técnicos, uma vez que, após a resolução de um problema, sucede-lhe imediatamente outro, pelo que todos os sistemas devem estar envolvidos e alertados para prevenir este tipo de situações. As famílias multiproblemáticas vivenciam processos disfuncionais transversais a várias gerações e, por isso, nunca conheceram outra realidade. Além disso, este perfil caracteriza também as famílias que não concordam com as respostas dadas pelos serviços sociais para os seus problemas, optando por se acomodarem à situação (Sousa, 2005).

Deste modo, considera-se que a hipótese relativa à pertinência da abordagem sistémica com estas famílias em situação de crise é válida, pois as diferentes necessidades e problemáticas identificadas nesta tipologia de famílias, e em cada um dos seus elementos, requerem em situação de crise uma abordagem multidisciplinar, por parte de várias instituições, de forma coordenada e concertada, de modo a facilitar a intervenção e a promover mudanças.

De um modo global, os principais problemas destas famílias situam-se: no desenvolvimento e desempenho de papéis, designadamente o parental; na tendência para a instabilidade psicossocial nos indivíduos e na coexistência de um elevado

⁶ Caracterizam-se “pelo estilo relacional e pela presença de uma série de problemas que afetam um número indeterminado do seus membros, podendo variar, tanto na qualidade como na quantidade e, pela tendência para o caos e desorganização”

número de problemas de carácter diversificado. Assim, perante esta diversidade de problemas, a abordagem sistémica é a intervenção mais pertinente, para que consoante a natureza da dificuldade, se possa acionar o respetivo sistema, articulando, posteriormente, com os restantes. A intervenção em situação de crise nestas famílias tem de ser uma intervenção realizada em parceria, mas uma parceria ativa, coordenada, concertada e reflexiva, de forma a não cair numa intervenção assistencialista e remediadora de uma situação pontual (Alarcão, 2002).

Segundo Vega (1997), existem seis pressupostos gerais, que se adaptam à intervenção com famílias multiproblemáticas, considerando que a sua integração proporciona aos profissionais um “mapa de acesso” para a intervenção junto destas famílias:

1 – Uma visão global multidimensional, apoiada nas ideias de causalidade circular e complexidade, que se baseia num modelo teórico ecossistémico, o qual proporciona instrumentos de análise, compreensão e intervenção perante situações problemáticas (indivíduo, família), que permitam encontrar ligações, inter-relações e ampliar o contexto global do problema.

2 – Uma conceção do indivíduo, dos grupos sociais e das comunidades que englobe as diferentes construções culturais, geradoras de variações nos comportamentos e nas relações. Esta questão é particularmente importante no trabalho com famílias multiproblemáticas, tanto pela frequente presença de minorias provenientes de movimentos migratórios, como pelas diferenças sócio-económicas que potenciam situações de cultura de pobreza e de marginalização.

3 – Uma conceção de mudança, enquanto processo que se desenvolve de forma descontínua, através de sistemas auto-organizadores, com capacidade para modificar as suas estruturas no sentido de maior nível de complexidade. Esta mudança permite,

simultaneamente, manter uma estabilidade e produzir uma desordem, abrindo caminho para a auto-organização do sistema mediante a seleção de elementos úteis para a sua estrutura. Assim, uma intervenção pode abrir caminho para uma nova modalidade organizativa ao introduzir uma nova desordem no sistema social, contudo o resultado será em parte imprevisível, pois também dependerá da capacidade auto organizativa do sistema. No trabalho com famílias multiproblemáticas revela-se fundamental aprender a reconhecer e valorizar as mudanças, mesmo que estas possam parecer pouco expressivas ou mesmo impercetíveis.

4 – Uma noção da realidade enquanto construção social, a qual constitui, como tal, uma perspectiva de não verdade. Trata-se de assumir que os sistemas pré-existem à conceptualização do profissional, pelo que a construção de hipóteses representa uma conceptualização sobre sistemas que já se encontram em funcionamento. Este facto implica uma definição da posição que o profissional assume na co-construção de realidades alternativas.

Relativamente às famílias multiproblemáticas, as características que apresentam ao nível da organização levam a que o profissional tenha de flexibilizar as suas próprias noções sobre, por exemplo, o que é uma família, pelo que a conceptualização da realidade enquanto uma construção social se revela fundamental.

5 – Uma noção de interdependência entre o pensar e o agir através dos instrumentos de trabalho. Isto supõe uma inter-relação entre todos os elementos implicados no processo de intervenção (serviços, profissionais, clientes). No trabalho com famílias multiproblemáticas, esta noção assume especial relevância uma vez que facilita a análise e potencia a procura de relações de colaboração entre profissionais e serviços,

evitando duplicações no processo de intervenção e podendo desbloquear situações de cronicidade.

6 – Uma noção de instrumentalidade do profissional, que se refere à dialética entre o conhecimento que este tem de “si mesmo” e o papel terapêutico por este desempenhado. O papel desempenhado pelo profissional, pode ser clarificado a partir de informações provenientes do conhecimento que este tem de si mesmo. Assim, a posição que o técnico ocupa num sistema terapêutico, encontra-se relacionada com a análise que faz de si mesmo, do seu papel e da interação com a família com a qual se encontra a intervir. Desta forma, o treino para aumentar o auto conhecimento por parte do profissional, permite aumentar a capacidade para se utilizar a si próprio como instrumento orientador ao longo do processo de intervenção. O trabalho com famílias multiproblemáticas, pressupõe um imenso envolvimento emocional por parte do técnico, dado o contacto permanente por parte destes com situações que implicam problemas complexos, as quais colidem muitas vezes com as suas próprias crenças e valores. É, assim, fundamental que o profissional treine o seu auto conhecimento, aceitando a existência de um envolvimento emocional ao longo do processo de ajuda, com todos os riscos que lhe estão associados. Na intervenção com famílias multiproblemáticas, o profissional, enquanto instrumento de trabalho (uma vez que se utiliza a si próprio ao longo de todo o processo de mudança), pode ser analisado com base em três parâmetros: o “saber”, ou seja, o referencial teórico que permite identificar e guiar o processo de intervenção; o “fazer”, isto é, a capacidade técnico prática requerida pelo modelo teórico, que permite pôr em prática a intervenção planeada; e o “ser”, referente ao estilo pessoal do profissional, a sua singularidade, a sua maneira de pensar, sentir e relacionar-se (Alarcão, 2002).

3.4. Crise e fatores de risco

Na prestação de apoio social às famílias, os técnicos devem prestar este apoio tendo por base o nível de risco psicossocial apresentado, pois só assim, será possível encontrar indicadores diferenciados que permitam analisar os fatores de proteção de cada uma delas perante situações de crise.

Tendo em conta que pelas características apontadas às famílias multiproblemáticas, são clientes assíduos dos serviços sociais, tornando-se progressivamente dependentes de subsídios e outros apoios à família. Estas famílias subsistem economicamente com os subsídios e as ajudas de instituições (Alarcão, 2002). A má gestão e a dificuldade em definir prioridades, torna-as em consumidores de produtos supérfluos, podendo, mesmo, chegar a faltar comida em casa. A falta de regras, permite à família gerir o tempo a seu belo prazer, não valorizando o cumprimento de horários, como as refeições, o deitar, o levantar. Cada elemento executa estas tarefas à hora que melhor lhe convém (Alarcão, 2002). Desta forma estes fatores de risco podem despoletar situações de stress ou crise.

3.5 Redes Sociais

Todos os sistemas que integram a rede social da família são fundamentais como fator de proteção em situação de stress, nomeadamente a família alargada, amigos e rede de vizinhança, constituem um fator de suporte emocional e instrumental e informativo. Porém, com os atuais estilos de vida mais urbanos e crescente isolamento social, estas redes de apoio tendem a debilitar-se (Rodrigo & Palacios, 2003).

Devido ao empobrecimento das próprias relações sociais que servem como suporte familiar, o microsistema é cada vez mais substituído pelo mesosistema, ou seja pelas instituições que estão em contacto permanente com a família. Uma das características

das famílias multiproblemáticas, é o facto recorrerem a múltiplos serviços e técnicos, tendo dessa forma dado origem ao termo multi-assistidas (Sousa, 2005). Estas famílias relacionam-se com vários serviços públicos ou privados, ao mesmo tempo, e os respetivos técnicos, desde a Segurança Social, aos Serviços de Saúde, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Hospitais, recebendo apoios, acompanhamento e orientações de todos, consoante a área de intervenção de cada um.

É o facto destas famílias multiproblemáticas aglutinarem vários problemas, com vários elementos da família, que justifica a intervenção de diferentes serviços e respetivos técnicos. Estas famílias e todos os serviços que os acompanham, vivem num equilíbrio inter-sistémico, só assim, comportamentos e relações ganham sentido (Alarcão, 2002).

De salientar, que esta rede social é constituída por redes formais e informais compatíveis entre si, inclusive se considera que as primeiras fortalecem as segundas, de forma a descobrir novos recursos na comunidade, potenciando a atuação como facilitadora dos grupos que assumem funções de apoio junto das famílias. As redes informais de apoio social, ajudam ainda a incrementar sentimentos de competência e de controlo sobre a vida das famílias, potenciando o compromisso e a responsabilidade de um cuidado recíproco entre família restrita/família alargada/amigos/rede de vizinhança (Rodrigues et al., 2008).

3.6. Estratégias para identificar problemas e necessidades nas famílias e as fontes de apoio.

Cada família está inserida numa comunidade, da qual geralmente fazem parte uma rede de instituições e serviços destinada a prestar apoios à família e seus membros. O envolvimento que se estabelece entre as famílias e os serviços da comunidade, depende de diversos fatores, tais como a fase do ciclo de vida em que se encontra (Sousa, 2005).

Os serviços e instituições que prestam este apoio social, implicam a intervenção de profissionais especializados que atuam de forma uniformizada, utilizando um sistema de indicadores e categorias para avaliar os problemas e as necessidades nas famílias, por forma a analisar e avaliar se cumprem os critérios par beneficiar ou não dos serviços (Rodrigues et al., 2008).

Na interação estabelecida, as famílias e os serviços que prestam apoio social desempenham funções complementares, as quais poderão ser rentabilizadas quando inseridas num contexto de colaboração (Gonçalves, 2007; Sousa, 2005). Por um lado, os profissionais possuem conhecimentos relativos à sua área de formação e experiência, os quais poderão permitir a ativação dos recursos associados ao local em que trabalham, por outro lado, as famílias detêm um conhecimento único e insubstituível sobre elas próprias e cada um dos seus elementos, o qual vai sendo construído ao longo de um tempo, em diferentes fases do ciclo de vida, de modo vitalício e individualizado, em contextos diversificados, envolvendo um controlo afetivo no desempenho de funções de prestação de cuidados e socialização.

Na relação que estabelecem com as famílias, os serviços, devem reconhecer não só os seus próprios recursos como os das famílias, pois desta relação depende conseguirem funcionar como fonte de suporte ou, pelo contrário, como um fator de dificuldade (Minuchin et al., 1998; Sousa, 2005). Benoit (1988, cit. por Sousa, 2005) defende que o processo de mudança terá assim, de atender necessariamente à influência recíproca entre o comportamento dos membros da família e o dos profissionais, diferentes apoios provenientes de diversos serviços, pela mão de vários técnicos em função da especialidade e presença institucional, ajustada a cada uma das múltiplas contrariedades patenteadas pela família. A eficácia da multiplicidade e simultaneidade das intervenções

de diversos serviços direcionados para as famílias multiproblemáticas, depende da coordenação entre serviços e os profissionais que deles fazem parte.

Ao separar as dificuldades relacionais de uma família em termos das necessidades de cada um dos seus membros, face às quais se procura uma abordagem individualizada através do encaminhamento para diversos serviços, a intervenção reforça a falta de envolvimento existente entre os seus membros e o correspondente a um excessivo envolvimento com os sistemas de ajuda. Os membros de uma família envolvidos em relações de apoio múltiplas e incongruentes com serviços exteriores contactam menos entre si e deixam de utilizar e rentabilizar os recursos provenientes das suas relações recíprocas, com as evidentes consequências para o funcionamento do sistema familiar e para o desenvolvimento de novas transações entre os seus membros.

Assiste-se, muitas vezes, a uma transferência das funções das famílias para os serviços sociais, com as conseqüentes repercussões ao nível da própria identidade do sistema familiar. Esta situação contribui para um crescente sentimento de impotência por parte das famílias relativamente à sua capacidade para dar respostas às dificuldades com as quais se deparam, condicionando a sua autonomia e o desenvolvimento das suas competências (Sousa, 2005).

4. OBJECTIVOS

O presente estudo tem como objetivo geral descrever e analisar as relações entre o apoio social percebido, as competências parentais e os acontecimentos de vida negativos em famílias multiproblemáticas.

Mais especificamente pretende:

- Descrever a composição, tamanho, necessidades e satisfação com a rede de apoio social.
- Descrever os principais acontecimentos de vida negativos que afetam estas famílias.
- Descrever e analisar as competências parentais percebidas.
- Analisar a relação entre apoio social percebido, acontecimentos de vida negativos e competências parentais.

5. MÉTODO

5.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo descritivo, transversal e correlacional já que visa caracterizar as variáveis compreendidas de um determinado fenómeno, e analisar as eventuais relações entre as diversas variáveis estudadas (Almeida & Freire, 2000; Fortin, 2000).

5.2 Participantes

A recolha da amostra decorreu no concelho de Silves, através da participação de 27 mães que integram famílias com menores de idade em situação de risco social e que simultaneamente são acompanhadas por uma resposta social prestada por uma IPSS que intervêm na promoção das competências parentais: o Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental (CAFAP).

Trata-se de uma amostra por conveniência, já que as mães serão seleccionadas de acordo com a sua acessibilidade e disponibilidade para participar no estudo.

As mães que integram este estudo têm pelo menos um filho até aos 18 anos de idade e sofreram vários problemas e situações de risco relativamente aos seus filhos que, embora importantes, não alcançam um grau de severidade suficiente para retirar a criança do seu lar.

5.3 Instrumentos

A recolha dos dados foi efetuada através dos seguintes instrumentos:

5.3.1 Questionário de Dados Sócio-Demográficos (Nunes, Lemos, Costa, Nunes & Almeida, 2011)

Para a medição das variáveis de caracterização sócio demográficas foi utilizado um questionário, Questionário de Dados Sócio-Demográficos (Nunes, Lemos, Costa, Nunes & Almeida, 2011) que permite a recolha de dados referentes á idade, sexo, estado civil, categorias profissionais, estrutura familiar, trabalho e qualificação do mesmo, escolaridade e número de filhos. (Tabela 1)

Tabela 1. Classificação e descrição das variáveis de caracterização sócio - demográficas.

Variável	Classificação e Descrição
Nacionalidade	Variável Qualitativa Nominal
Género	Variável Qualitativa Nominal 2 Categorias (feminino e masculino)
Idade dos Filhos	Variável quantitativa (anos)
Emprego	Variável Qualitativa Nominal Dicotómica 2 Categorias (sim e não)
Idade das mães	Variável Quantitativa (anos)
Número de filhos	Variável Quantitativa

Tipo de emprego	Variável Qualitativa nominal 3 Categorias (qualidade nula ou baixa, qualidade média e qualidade alta)
Nível educativo	Variável Qualitativa Nominal 4 Categorias (primário incompleto, primário completo, secundário e universitários)
Estabilidade familiar	Variável Qualitativa Nominal Dicotómica 2 Categorias (sim e não)
Tipologia familiar	Variável Qualitativa Nominal 4 Categorias (monoparental, biparental nuclear, extensa, reconstruída)
Valor dos rendimentos familiares	Variável Quantitativa
Estabilidade dos rendimentos	Variável Qualitativa Nominal Dicotómica 2 Categorias (sim e não)
Proveniência dos rendimentos familiares	Variável Qualitativa Nominal 3 Categorias (Trabalho, Ajuda Social, e Ajuda Social/trabalho)

5.3.2 Inventario de Situaciones Estresantes y de Riesgo (ISER, Hidalgo, Menéndez, Sánchez, López, Jiménez & Lorence, 2005)

Para fazer o levantamento dos acontecimentos de vida stressantes e de risco (AVSR) na amostra recolhida utilizou-se o Inventário de situações Stressantes e de Risco (Nunes & Lemos, 2010), versão portuguesa do Inventario de Situaciones Estresantes y de Riesgo (ISER, Hidalgo, Menéndez, Sánchez, López, Jiménez & Lorence, 2005). Através de uma lista de 16 itens, este questionário avalia a existência de acontecimentos especialmente difíceis no passado e na situação atual das participantes, bem como o

impacto emocional que sofrem, numa escala de 0 a 10. Fornece informação pormenorizada tanto das circunstâncias que afetam a própria, como dos seus familiares mais próximos. Permite ainda obter índices acerca da acumulação de situações de risco e da vulnerabilidade emocional que lhe está associada, quantificando a intensidade dos fatores de risco, caso se verifiquem, numa escala de 1 a 3, sendo que 1 corresponde "afetou pouco", 2 "afetou bastante" e 3 afetou muitíssimo.

5.3.3 Competências parentais percebidas (CPP) (Nunes & Lemos, 2010)

De forma a avaliar as competências parentais percebidas, um dos objetivos da presente investigação, utilizou-se a escala de Competências parentais percebidas (CPP) (Nunes & Lemos, 2010), versão portuguesa da escala Parental Sense of Competence (PSOC, Johnston & Mash, 1989).

Esta escala é composta por 16 itens que recolhem informação sobre o sentimento de competência sobre o seu papel enquanto mãe, ou avaliação da sua auto - estima através de duas sub-escalas que avaliam o self das mesmas quanto aos sentimentos de eficácia e sentimentos de satisfação no desempenho do papel de mães.

A avaliação das duas dimensões composta por estas duas sub - escala, processa-se da seguinte forma, à sub - escala da eficácia, correspondem os itens, 1,6,7,10,11,13,e 15. Relativamente à sub - escala de avaliação da satisfação utilizaram-se os itens 2,3,4,5,8,9,12,14,16.

A presente escala é auto - preenchida, sendo que é medida entre 1 a 6, em que 1 corresponde " Concordo plenamente" e 6 " discordo totalmente", assim as pontuações

mais elevadas correspondem maiores níveis de auto - estima. Os resultados totais da sub- escala de eficácia e satisfação, são somados e posteriormente divididos pelo número de itens conforme.

A consistência interna para o presente estudo na escala de eficácia foi de $\alpha = 0,63$ e para a sub-escala de satisfação de $\alpha = 0,76$.

5.3.4 Apoio Social Percebido

Para realizar o levantamento do Apoio Social Percebido pelas participantes utilizou-se a entrevista de Apoio Social Percebido (ASP) (Nunes & Lemos, 2010) que é uma versão portuguesa do Arizona Social Support Interview Schedule (ASSIS, Barrera, 1980).

Esta prova, recolhe informação sobre as seguintes dimensões do apoio social percebido através duma entrevista semi-estruturada: tamanho e composição da rede social, grau de necessidade e satisfação com o apoio emocional, material e informativo recebido e grau de conflito com a rede de apoio.

5.3.5 Apoio Social em Situações Stressantes (ASSE) (Menéndez, Sánchez, Hidalgo, Lorence & Jiménez, 2005)

Procedeu-se ainda á aplicação da escala de Apoio Social em Situações Stressantes (ASSE) (Menéndez, Sánchez, Hidalgo, Lorence & Jiménez, 2005), como um instrumento de apoio, uma vez que se trata de uma extensão do ASSIS e avalia a rede de apoio em situações particularmente difíceis ou de risco.

5.4. Procedimentos

5.4.1 Procedimentos de recolha de dados

Após a obtenção das necessárias autorizações e do consentimento para iniciar a recolha dos dados, iniciou-se a recolha dos mesmos por entrevista através da aplicação dos questionários anteriormente referidos às 27 mães residentes no concelho de Silves que integram famílias com menores de idade em situação de risco social e que, simultaneamente são acompanhadas por uma resposta social prestada por uma IPSS que intervêm ao nível da melhoria e/ou aperfeiçoamento das competências parentais pelo CAFAP. As mães após contactadas pela equipa técnica do CAFAP e agendada a entrevista, foram abordadas no sentido da apresentação do entrevistador, explicação do objectivo da investigação, bem como esclarecidas quanto à confidencialidade e anonimato de todos os dados recolhidos, salvaguardando a hipótese de a qualquer momento retirar o seu consentimento, recusando ou desistindo de participar sem qualquer consequência negativa. De salientar que os questionários foram preenchidos em forma de entrevista individual demorando 60 minutos, aproximadamente, dependendo porém da dinâmica estabelecida durante a entrevista.

5.4.2 Procedimento de análise e tratamento de dados

Posteriormente à seleção dos dados, foram analisados utilizando o programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 19.0, aplicando as medidas de estatística descritiva (frequências, médias e desvio padrão) para caracterizar as variáveis estudo.

Utilizou-se ainda estatística de associação (correlações) e inferencial (Mann - Whitney). Outro dos testes também utilizado foi o teste Qui-Quadrado quando se comparam duas variáveis nominais. Utilizou-se um nível de significância de $p = 0,05$.

6.RESULTADOS

6.1 Caracterização sociodemográfica das participantes

As 27 participantes que integram a amostra do presente estudo, residem no Concelho de Silves, nomeadamente nas Freguesias de Silves, S. Bartolomeu de Messines, S. Marcos da Serra e Algoz. Têm idades compreendidas entre os 17 e 57 anos ($M = 53$; $DP = 9,09$).

Relativamente à situação conjugal a maioria das participantes são casadas ou vive em união de facto como se pode observar na (Figura 1).

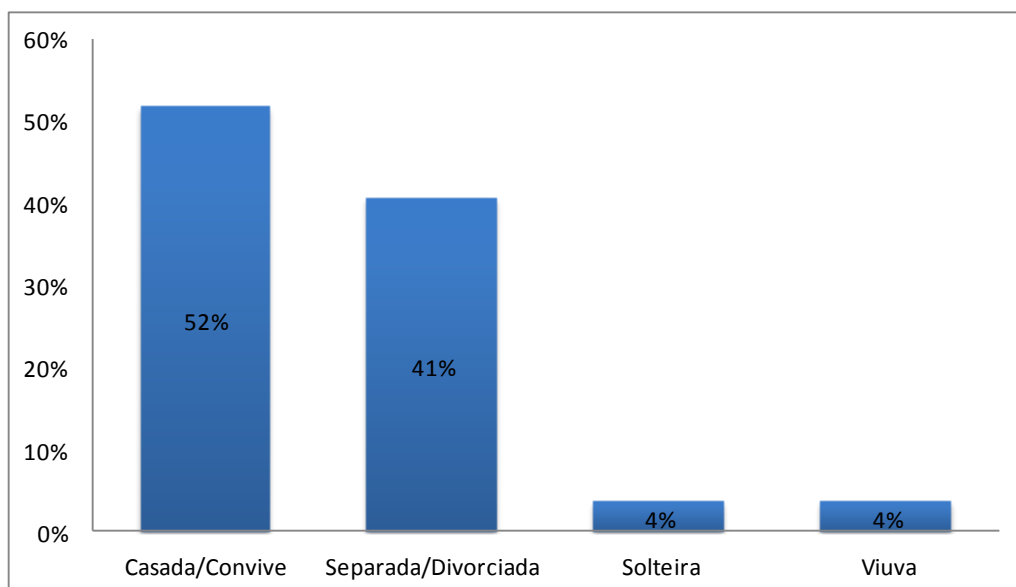


Figura 1. Distribuição quanto à situação conjugal

Relativamente á tipologia familiar, 10 (37%) integra um agregado monoparental, 15 (55,6%) biparental nuclear e 2 (7,2%) um agregado biparental reconstruído.

No que diz respeito á estabilidade familiar, 26 (96,3%) apresentam estabilidade familiar.

As participantes têm em média dois filhos ($DP=1,486$; Mín: 1; Máx: 6).

Quanto ao nível educativo das participantes (Figura 2), observou-se que a maioria não completou os estudos primários.

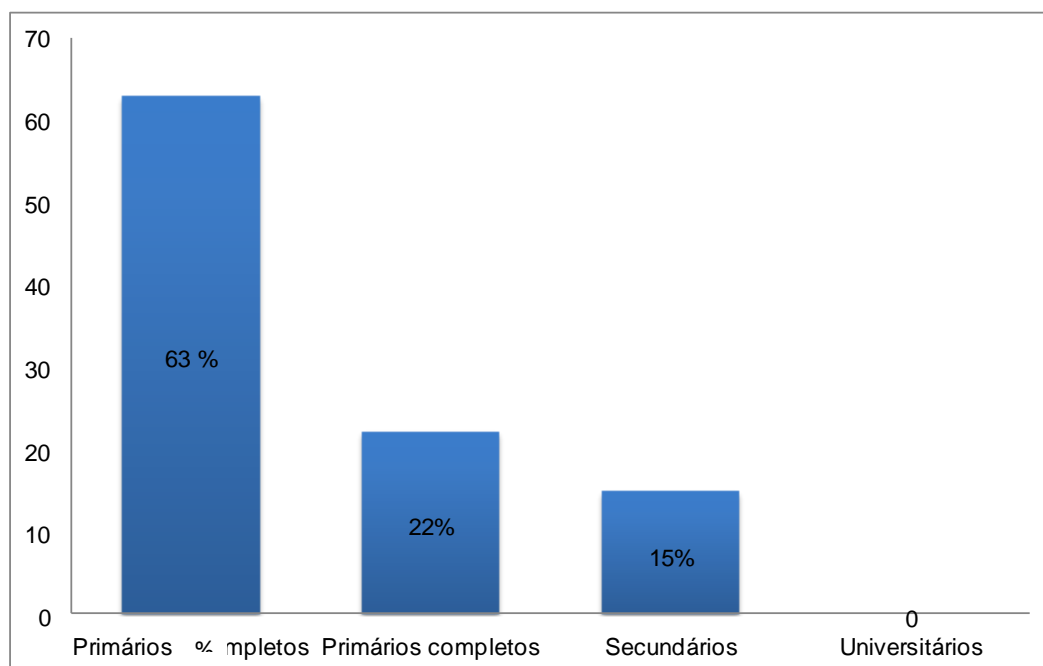


Figura 2. Distribuição do nível educativo das participantes

Quanto ao estatuto laboral, 19 (70,4%) não trabalham, 2 (7,4%) trabalham às vezes, e 6 (22,2%) trabalham. Todas as que trabalham têm um trabalho de baixa qualificação.

Relativamente ao valor dos rendimentos familiares, em média auferem 540 euros mensais ($DP= 224,07$; Mín:189; Máx:1100). Para 88,9% das mães os rendimentos familiares são estáveis.

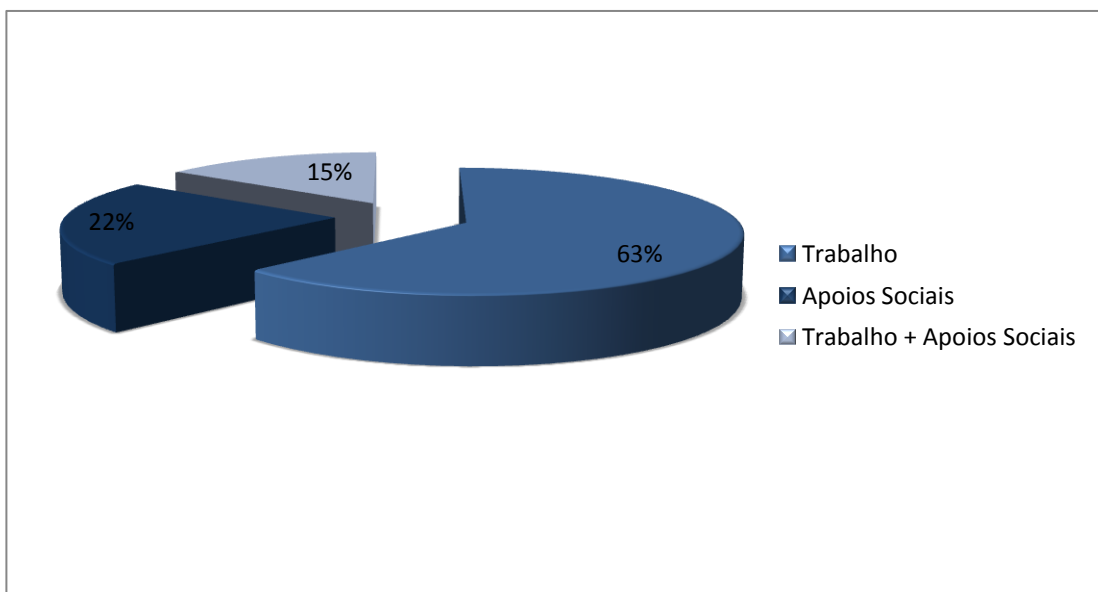


Figura 3. Distribuição dos rendimentos familiares

Por fim, relativamente à proveniência destes rendimentos familiares, observou-se que o trabalho é a principal fonte de rendimento (63%), (Figura 3).

Conforme se pode observar na Figura 4, a proveniência dos ingressos familiares é sobretudo através do marido (44%).

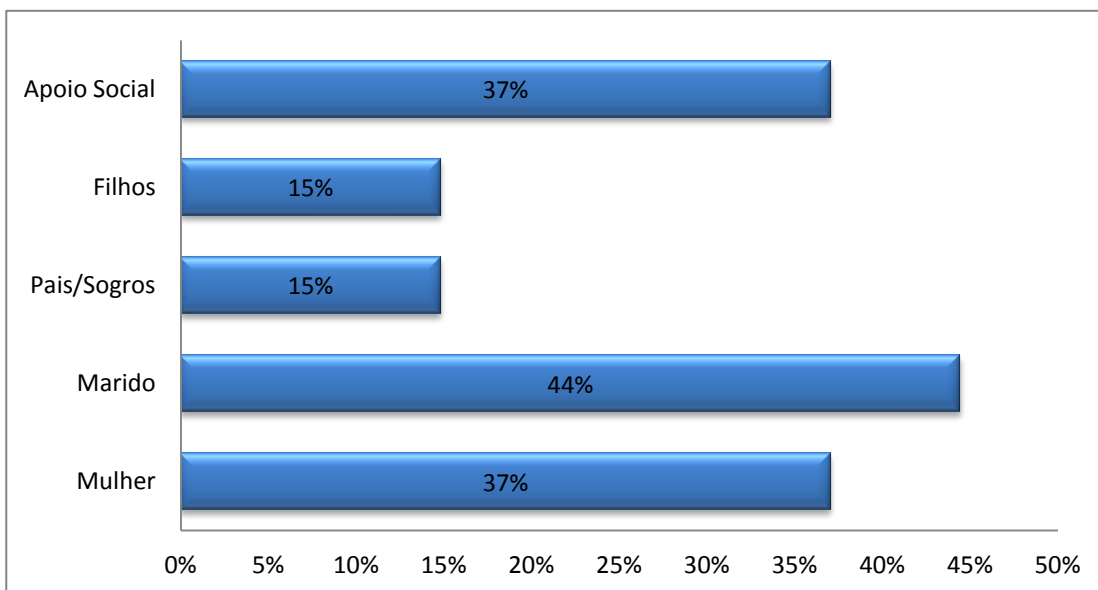


Figura 4. Distribuição da proveniência dos ingressos familiares tendo em conta os elementos.

6.1.1. Apoio Social Percebido

Seguidamente será apresentada na Figura 5, que representa o tamanho das várias redes de apoio, com destaque para a rede emocional com uma média de 2,23.

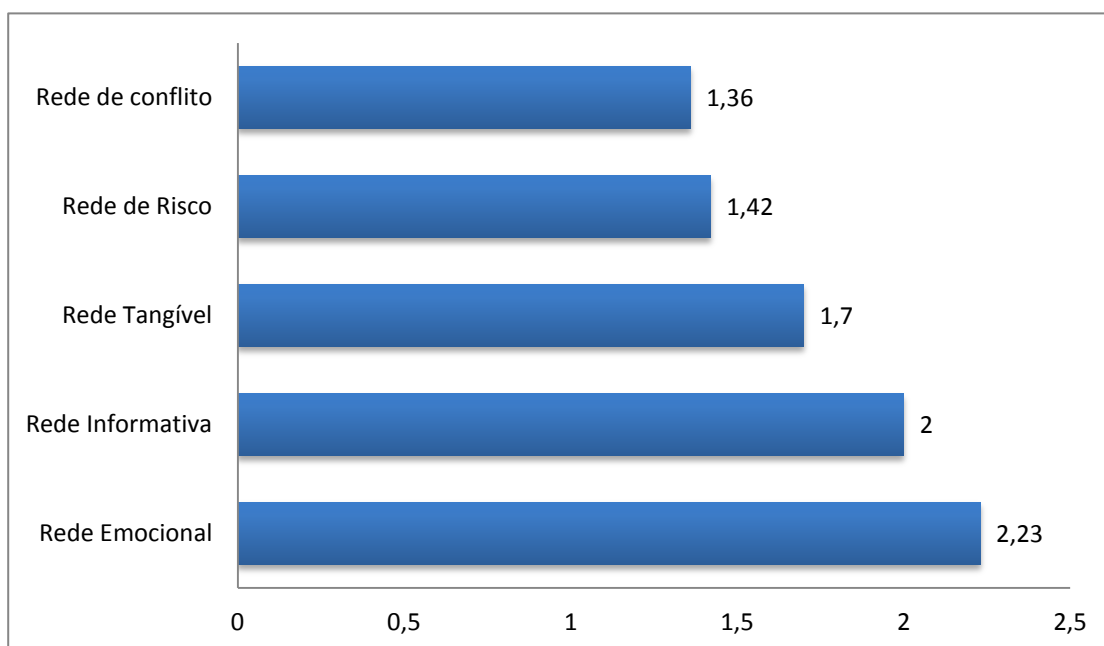


Figura 5. Tamanho da Rede Social de Apoio

Quanto à presença de elementos específicos na rede total de apoio, pode observar-se na Figura 6 que em mais de 50% das participantes o marido encontra-se presente na rede de apoio.

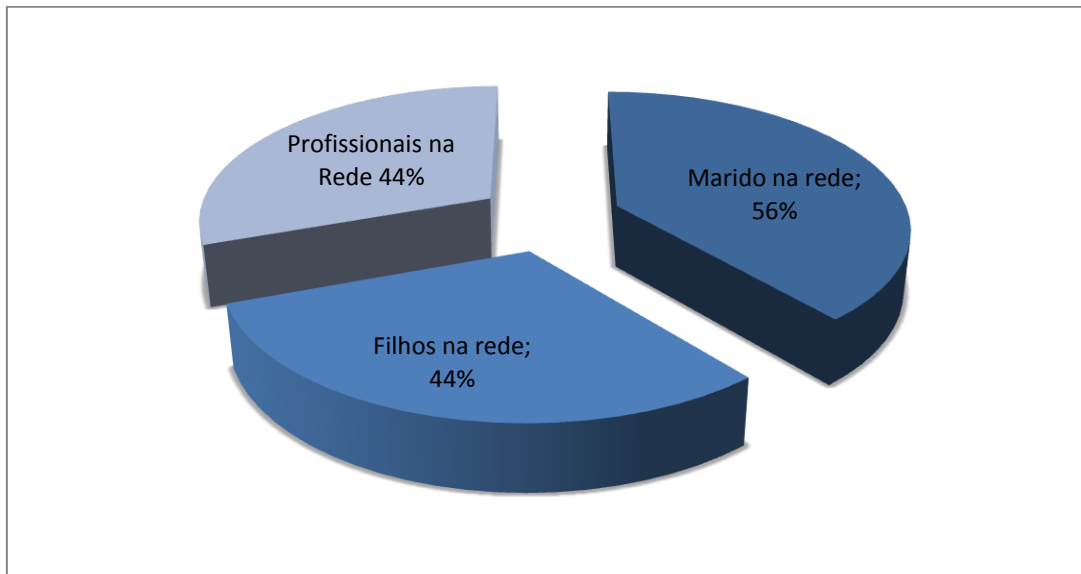


Figura 6. Elementos Específicos na Rede Total de Apoio

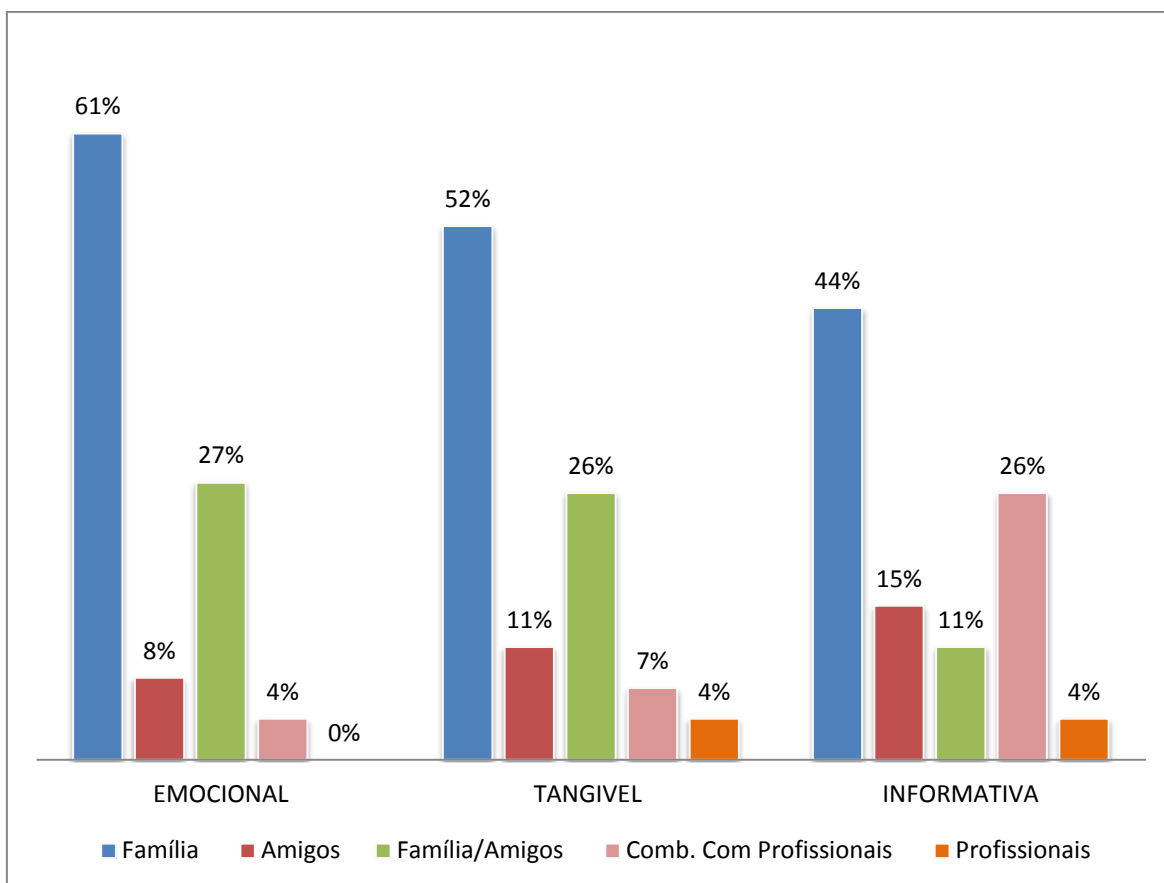


Figura 7. Composição da Rede Emocional, Tangível e Informativa

Ainda no que se refere à rede de apoio, pode constatar-se quanto à sua composição de acordo com a Figura 7, que é a família que se encontra presente em todas as redes, com destaque para a rede emocional com 61%. Relativamente à rede informativa, é de destacar a combinação de amigos e familiares com profissionais que representa 26%, verificando-se ainda na rede informativa que também 4% dos que a compõem são profissionais.

Tabela 2. Dimensão e composição da Rede Social de Apoio

		Emocional	Tangível	Informativo
Dimensão: M (DP)		2,23 (1,24) 1-	2,00 (0,96) 1-	1,74 (1,10) 1-5
Min-Max		5	4	
Composição	Familiares	61,5%	51,9%	44,4%
	Não Familiares	7,7%	11,1%	14,8%
	Familiares e Não Familiares	26,9%	25,9%	11,1%
	Profissionais	0,0%	3,7%	3,7%
	Combinado com Profissionais	3,8%	7,4%	25,9%

Relativamente às necessidades das várias redes de apoio versus satisfação das mesmas, pode observar-se na Tabela 3 e Figura 8 que a satisfação em todas elas é superior à necessidade.

Tabela 3. Médias e desvio-padrão da Necessidade e Satisfação segundo as dimensões da rede de apoio emocional, material e informativo

	Emocional	Material	Informativo	Total
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)
Necessidade	7,30(1,79)	7,18 (2,12)	6,70 (2,09)	7,01 (1,84)
Satisfação	8,81 (1,01)	8,43 (2,09)	8,22 (2,02)	8,30 (1,93)

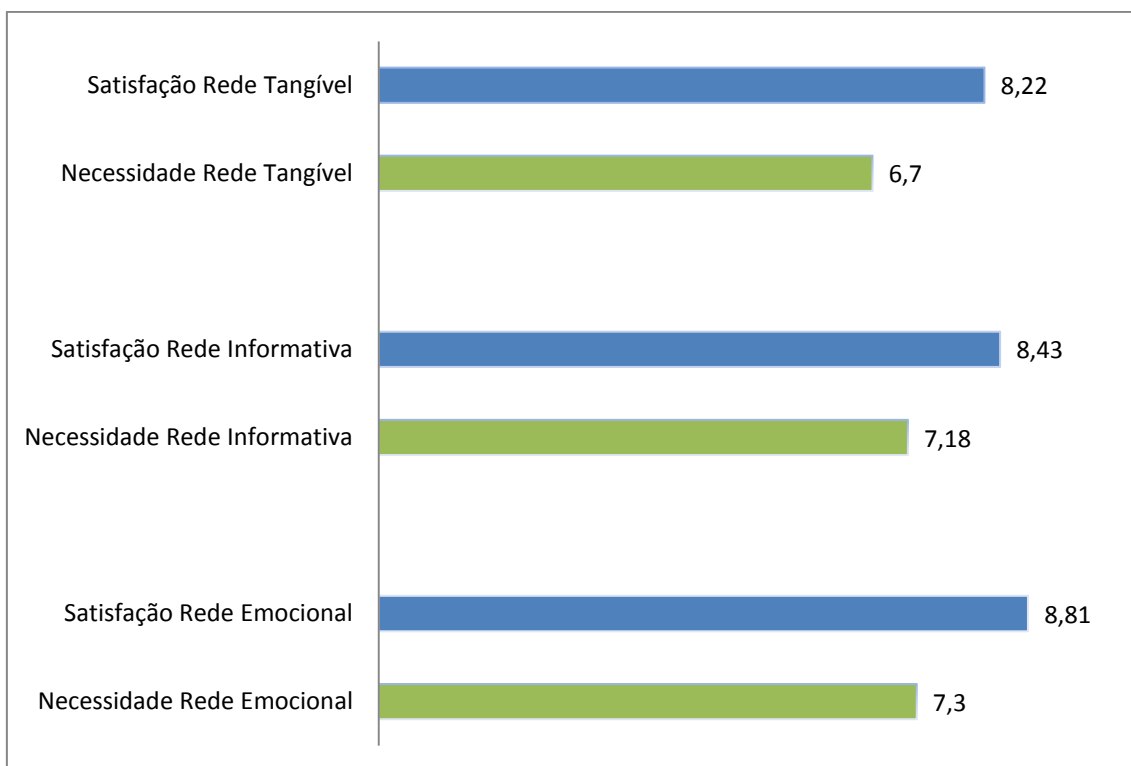


Figura 8. Necessidade versus Satisfação das redes de apoio emocional, material e informativo

Tabela 4. Correlações entre dimensões estudadas - rede emocional, rede tangível, rede de informação, composição das mesmas e competências parentais.

	PSOC Eficácia	PSOC Satisfação
Rede emocional	,191	,065
Rede tangível	-,024	,147
Rede de informação	-,046	,023

N=27; * p<0,05; ** p<0,01; *** p< 0,001

De acordo com a Tabela 4, não observamos correlações significativas entre o tamanho das redes de apoio social com a eficácia e satisfação ao nível das competências parentais percebidas pelas participantes, uma vez que em todas elas se verifica que $p > 0,05$.

6.1.2. Acontecimentos de vida negativos

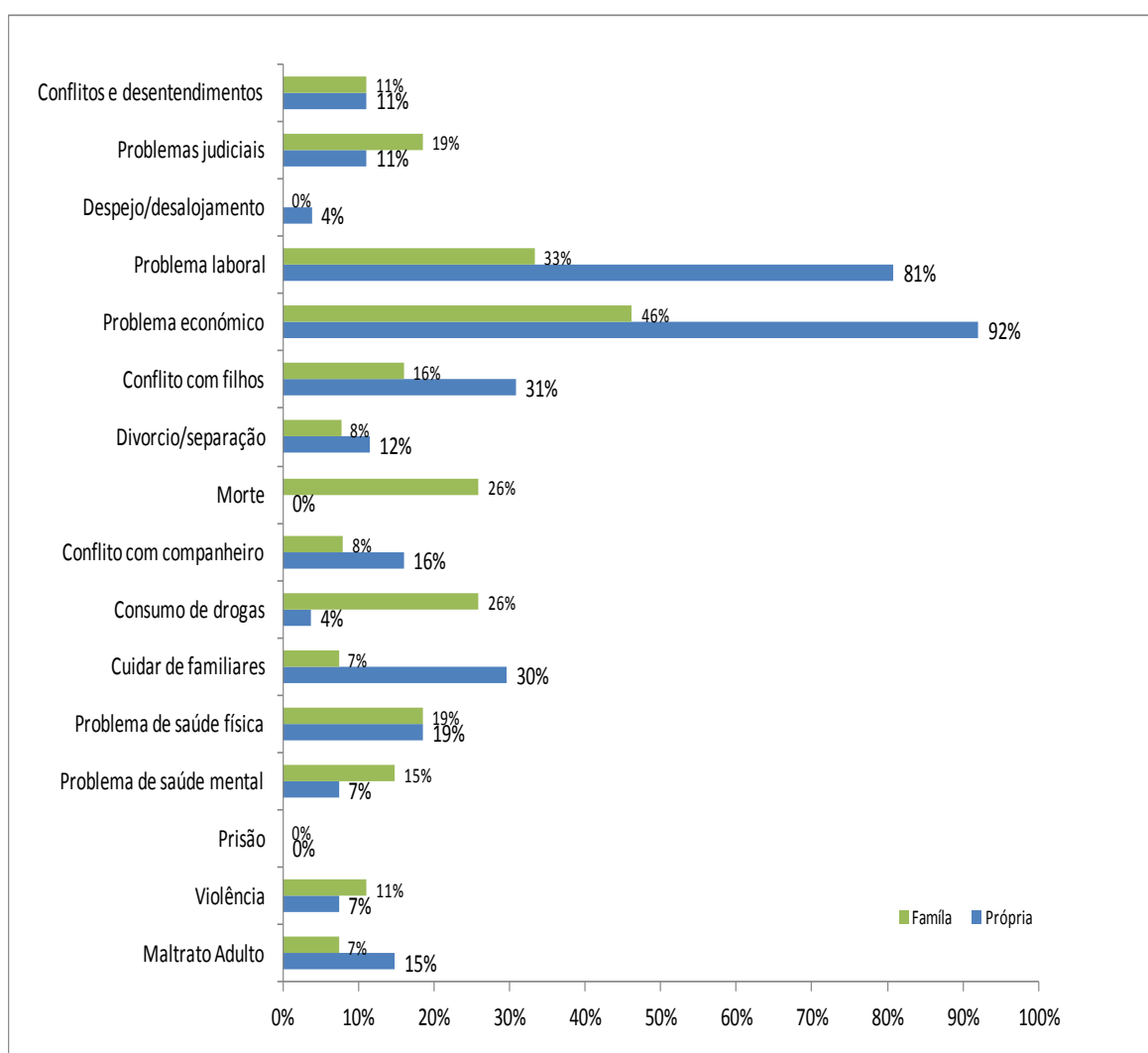


Figura 9. Experiências stressantes e de risco: Presente

Quanto aos acontecimentos de vida stressantes e de risco no presente, observa-se a partir da Figura 9, que são os de ordem económica e laboral que apresentam maior representatividade.

No que refere ao Risco Atual da Própria, constatou-se que, ($M=3,33$; $DP=1,51$; $Mín=0$; $Máx=7$), já no que diz respeito Risco Atual Meio ($M=2,67$; $DP=2,90$; $Mín=0$; $Máx=10$). Assim, considerando os acontecimentos de vida negativos, verifica-se que das 27 participantes ($M=6$; $DP=3,53$; $Mín=0$; $Máx=14$).

Tabela 5. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões, Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função da situação marital dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito.

		Tem Companheiro (n = 15)	Não Tem Companheiro (n = 12)	U	p
		M (DP)	M (DP)		
ISER Passado	Risco Passado Total	4,00 (2,54)	4,26 (4,0)	59,0	0,37
				0	1
	Risco Passado do Próprio(a)	2,42 (1,16)	2,33 (2,02)	58,5	0,34
				0	5
	Risco Passado do Ambiente Próximo	1,58 (1,38)	1,93 (2,68)	64,5	0,54
				0	9
ISER Presente	Risco Atual Total	6,00 (4,02)	6,00 (2,98)	66,5	0,63
				0	4
	Risco Atual do Próprio(a)	3,20 (1,93)	3,50 (0,79)	48,0	0,11
				0	9
	Risco Atual do Ambiente Próximo	2,80 (3,12)	2,50 (2,71)	73,0	0,91
				0	0
	Afetação Atual Total	14,60 (9,27)	15,67 (7,02)	78,5	0,40
			0	3	
	Afetação do Próprio(a)	8,20 (4,58)	9,42 (2,46)	40,5	0,05
				0	2
	Afetação do Ambiente Próximo	6,40 (7,10)	6,25 (6,59)	60,0	0,95
				0	5

Após análise dos acontecimentos de vida stressantes e de risco, atuais e passados, em função da situação marital dos participantes, constata-se que as mães que integram famílias monoparentais são aquelas que apresentam uma média mais elevada no que diz respeito a acontecimentos de vida stressantes e de risco no presente e por consequência ao nível de afetação ($M=9,42$; $DP=2,46$). Considera-se ainda que existe um nível de significância e efeito a em função da situação marital dos participantes significativo uma vez que ($U=40,50$; $p = 0,052$).

6.2 Relações entre os AVN, Apoio social e competências parentais percebidas

Tabela 6. Comparação das médias, desvio-padrão nas dimensões de eficácia e satisfação no desempenho do papel de mães, em função da situação marital dos participantes, teste *Mann-Whitney*, significância e efeito.

	Tem Companheiro (n = 15)	Não Tem Companheiro (n = 12)		
	M (DP)	M (DP)	U	p
PSOC Eficácia	31,93 (4,68)	31,25 (5,7)	70,50	0,80 2
PSOC Satisfação	35,46 (8,10)	34,08 (10,30)	74,00	0,95 6

De forma a verificar se a situação conjugal influencia os níveis de eficácia e de satisfação das competências parentais percebidas pelas participantes, foi analisado na

Tabela 6, o nível inferencial entre estas variáveis. Constata-se que as mães que integram famílias biparentais são aquelas que apresentam uma média mais elevada no que diz respeito ao nível de satisfação das competências parentais ($M=35,46$; $DP=8,10$). Porém é de salientar que não se verifica heterogeneidade significativa quanto à eficácia e satisfação das competências parentais, percebidas pelas mães uma vez que a probabilidade de significância é superior a $p = 0,05$.

Na tabela 7 serão apresentadas as intercorrelações entre a rede total de apoio, a necessidade de satisfação das participantes face a esta mesma rede e as competências maternas percebidas.

Tabela 7. Correlações entre dimensões estudadas- rede, necessidades de apoio da rede, satisfação de apoio da rede, competências parentais.

	1	2	3	4	5	6
Rede de Apoio Total	-	,172	,281	,091	,157	-,047
Necessidade de Apoio		-	,230	,456*	-,071	,156
Satisfação com Apoio			-	-,121	,173	,117
Eficácia Parental				-	-,005	-,084
Satisfação Parental					-	,122
Acontecimentos Vida Negativos						-

N=27; * $p<0,05$; ** $p<0,01$; *** $p<0,001$

Após observação não se verifica correlação significativa entre as variáveis rede social, necessidade total, satisfação total e satisfação face ao desempenho do papel de mães. Porém verificou-se uma correlação significativa entre a necessidade de apoio social e a eficácia percebida das competências parentais pelas mães, ($r = 0,456$; $p < 0,05$).

7. DISCUSÃO DOS RESULTADOS

Concluída a análise e tratamento estatístico dos dados obtidos, serão agora discutidos os resultados tendo em conta estudos e autores já referenciados. Assim para responder às questões "Têm as famílias multiproblemáticas percepção das suas dificuldades/limitações ao nível das competências parentais?" e "Tem a rede de suporte institucional importância no apoio face a situações de stress parental?", serão seguidamente discutidos os resultados apresentados no capítulo anterior.

Neste estudo foi analisada a rede social e de forma a perceber as principais necessidades que estas famílias sentem em relação ao desempenho da parentalidade e em todo o processo educativo e de organização que este implica, para o efeito foi necessário conhecer as características dos contextos familiares das participantes no estudo, bem como as relações familiares e níveis de eficácia e satisfação das mesmas.

De forma a responder à primeira questão após a análise relativamente à eficácia e satisfação percebida pelas 27 mães que participaram no presente estudo, constatou-se que não existem diferenças relativamente à eficácia e satisfação das competências parentais, percebidas pelas mães uma vez que na análise das correlações entre dimensões rede emocional, rede tangível, rede de informação, composição das mesmas e competências parentais, a probabilidade de significância é superior a $p=0,05$. No estudo de Masten y Curtis (2000, cit. por Rodrigo e Palácios, 2008), o termo de competências parentais, é visto como um conceito integrador que se refere às capacidades pessoais para gerar e coordenar respostas (a nível afetivo, cognitivo,

comunicacional e comportamental), flexíveis e adaptadas a curto e longo prazo de acordo com as diligências necessárias para a realização das tarefas vitais.

Uma vez que se trata de um estudo que tem por base o modelo sistémico, torna-se necessário analisar a correlação existente entre a rede social e as competências parentais percebidas. De salientar que a rede emocional é aquela que se destaca com uma ($M=2.23$; $DP= 1.24$) cuja composição é maioritariamente familiar com 61,5%. No entanto observou-se que a família é aquela que está presente com destaque também na rede tangível e informativa com 52% e 44% de representatividade. Ainda no que refere às várias redes, importa salientar que de acordo com a tabela 3, as médias de satisfação são sempre superior às médias da necessidade de recorrer às mesmas.

Verificou-se uma correlação significativa entre a necessidade de apoio social e a eficácia percebida das competências parentais pelas mães conforme tabela 7 ($r = 0,456$; $p < 0,05$), no entanto não se observou qualquer correlação entre e satisfação das redes de apoio social e a própria eficácia das competências parentais percebida pelas mães.

A concetualização de família como um ecossistema, corresponde a um grupo em interação com o seu habitat que em condições normais, mantém um estado de equilíbrio dinâmico, existindo um balanço entre os recursos de um sistema e os níveis de stresse. Quando ocorrem mudanças no exterior da família, combinadas com as mudanças no seio da família, podem produzir-se estados de instabilidade ecológica, nos quais o nível de stresse excede os recursos pessoais e familiares disponíveis, aumentando a probabilidade de conflito e violência mútua (Corcoran & Nichols-Casebolt, 2004; Fuster & Ochoa, 2000). Pode então concluir-se com este estudo que, a rede social onde

as mães estão integradas têm alguma relação com a eficácia percebida ao nível das competências parentais.

White, (cit. por Rodrigues et al., 2008) considera que as competências parentais são um ajuste entre as condições psicossociais nas quais a família integra e o cenário educativo que os pais ou cuidadores foram construindo para a realização das suas tarefas vitais.

Assim importa analisar uma variável de natureza puramente relacional de forma a avaliar em que medida as participantes sentem a existência de companheiro como fonte de apoio social. De destacar que no presente estudo 15 participantes integram famílias monoparentais e 12 biparentais. Analisou-se a correlação existente entre as dimensões de eficácia e satisfação no desempenho do papel de mães, em função da situação marital dos participantes na Tabela 6. Verificou-se menor satisfação das participantes sem companheiro, ou seja das famílias monoparentais ($M=34,08$; $DP= 10,30$) é possível verificar efeito e nível de significância da correlação entre as dimensões sendo que ($U= 74,00$; $p= 0,956$). Assim, tal como no estudo desenvolvido por Garcia, et al., (2004) verifica-se uma valorização média dos companheiros/progenitores como fonte de apoio, constata-se que nas famílias em que os pais e mães convivem são ambientes favoráveis à partilha de tarefas e conseqüentemente os níveis de satisfação, ($M=35,46$; $DP= 8,10$).

De forma a responder à segunda questão colocada por este estudo, e tendo em conta a panóplia de problemas e pessoas envolvidas, é frequente que estas famílias sejam apoiadas por um conjunto de serviços (Alarcão, 2002). O apoio social funciona como um fator de proteção, que pode contribuir para contrariar os efeitos dos indicadores de risco, Lin y Ensel (1989) definiram o Apoio Social, como o processo pelo qual os recursos sociais que proporcionam as redes formais e informais de apoio, permite

satisfazer as necessidades materiais, emocionais e as situações de crise. Neste estudo observou-se que as famílias recorrem aos profissionais maioritariamente por necessidade da rede informativa sendo que a combinação de amigos e profissionais representa 25,9% desta rede e 3,7 % apenas profissionais.

Assim, apesar destas famílias se caracterizarem pela procura constante no exterior de instituições e/ou pessoas que possam desenvolver essas funções, e cuja presença rapidamente contribui para a diminuição progressiva da competência dos membros do sistema familiar. (Alarcão, 2002; Cancrini et al., 1997; Neto, 1996), verifica-se que o apoio social, não funciona como fator de proteção sendo que vai contrariar o estudo de Sousa (2005) que refere que estas famílias transferem muitas vezes as funções familiares para os serviços sociais, com as conseqüentes repercussões ao nível da própria identidade do sistema familiar. Esta situação, contribui para um crescente sentimento de impotência por parte das famílias relativamente à sua capacidade para dar respostas às dificuldades com as quais se deparam, condicionando a sua autonomia e o desenvolvimento das suas competências. Porém este resultado pouco usual, poderá estar diretamente ligado com a homogeneidade do grupo causado pela dimensão da amostra.

Relativamente aos acontecimentos de vida stressante e de risco no presente ($M= 3,33$; $DP = 1,51$), que são os de ordem económica e laboral que apresentam maior representatividade para a própria com 92% e 81%. Assim o presente estudo vem confirmar o estudo desenvolvido por Sousa (2005), sobre as competências percebidas nas famílias por profissionais e famílias multiproblemáticas pobres, em que se verifica que a união, o apoio familiar bem como o forte vínculo entre pais e filhos foram identificados por ambos como aspetos positivos.

Há semelhança do estudo realizado por Nunes, C. et al.(2011) verificou-se que é a família que desempenha uma função principal na rede de suporte emocional assim, e uma vez que a família compõe em 63% a rede emocional, considerou-se a análise da correlação existente entre Acontecimentos de Vida Stressantes e de Risco, Atuais e Passados, em função da situação marital dos participantes, constatou-se que existe apenas uma correlação positiva no que refere à afetação do risco atual sentido pela própria, ($U=40,50$; $p = 0,052$). Ainda no que refere a esta análise constatou-se que mediante situações de risco no presente são as famílias monoparentais, ou seja sem companheiro que apresentam uma média mais elevada de afetação, ($M= 9,42$; $DP= 2,46$).

Ainda no que se refere à correlação entre os acontecimentos de vida negativos, o apoio social prestado pelas várias redes, a necessidade de apoio social e a eficácia percebida das competências parentais pelas mães, constatou-se que existe uma correlação significativa entre as dimensões, ($R = 0,456$; $p <0,05$), com um maior destaque como foi mencionado anteriormente para a família, seja ela restrita ou alargada.

Nestas famílias, importa salientar a importância que as redes sociais de apoio, exercem como fator de proteção face ao risco, de destacar o estudo de Bronfenbrenner (1979) que define a existência de quatro sistemas interligados entre si, macrosistema (comunidade onde a família está integrada), exosistema (estruturas sociais formais e informais), mesosistema (instituições com as quais a família interage com maior frequência), microsistema (família alargada, vizinhos, amigos) (Rodrigo & Palacios, 2003). Verifica-se que todos os sistemas que integram a rede social da família são fundamentais como fator de proteção em situação de stresse, nomeadamente a família alargada, amigos e rede de vizinhança, constituem um fator de suporte emocional e instrumental e informativo. (Rodrigo & Palacios, 2003). Esta rede de apoio de suporte

informal, funciona assim como mecanismo compensatório exterior à família, cuja intervenção é estimulada pela espetacularidade dos problemas e deterioração das condições de vida destas famílias. Estes sistemas de apoio constituem muitas vezes mecanismos protetores e reparadores de algumas funções das famílias (Alarcão, 2002;Linares, 1997). A constatação deste resultado pode observar-se na Figura 7 em que se verifica a combinação de família a amigos com uma média de 26% nas redes de apoio emocional tangível e informativa, esta situação poderá estar relacionada com o facto deste estudo se desenvolver num concelho bastante rural em freguesia de pequena dimensão onde as relações familiares e de vizinhança ainda são bastante fortes. Relativamente à questão da importância que a rede de suporte institucional desempenha no apoio face a situações de stress parental, é de salientar que também à semelhança do estudo realizado por Nunes, C. et al.(2011) os profissionais e a rede institucional assumem um papel preponderante na rede informativa em combinação com outros 25,9%, e somente profissionais 3,7%. Deste modo considera-se que esta realidade poderá influenciar o facto de a satisfação da rede informativa ser visivelmente superior á necessidades conforme Figura 8 , o que nos poderá levar a pensar que todas as necessidades da rede informativa são fortemente colmatadas pela rede institucional.

8.CONCLUSÃO

Após a realização desta investigação conclui-se que a família deverá ser encarada como uma comunidade de afetos, pois esta constitui um refúgio, uma ilha de segurança, repleta de afetos e risos, uma vez que não se limita a preencher os critérios de tipologia de uma família onde as relações entre os seus elementos seriam fortes, os limites claros e todos procurarão alimentar a sua felicidade alimentando o bem-estar do outro.

A sociedade terá como função proteger este bem essencial que é imprescindível à vida, criando condições ótimas para o desenvolvimento integral e adequado das famílias. A sociedade deverá facilitar o acesso a serviços sociais básicos e à educação de qualidade, pertinente e a custo módico, ou mesmo gratuito, sempre disponíveis para responder às necessidades e às dificuldades das famílias. Quanto à intervenção com estas famílias multiproblemáticas deverá ter sempre por base uma intervenção em rede, tendo como prioridade o bem-estar e o equilíbrio das famílias. Relativamente à intervenção com famílias multiproblemáticas verifica-se que a adoção do modelo sistémica é de facto a mais adequada, bem como a constituição de equipas multidisciplinares compostas pelos vários sistemas públicos, onde um ficaria “gestor” e/ou mediador da família, alertando todos os outros, consoante a área do problema surgido. Assim os técnicos poderiam dar o seu contributo, criando condições para que as famílias possam processar às mudanças, inerentes à mesma, de forma harmoniosa e saudável. O trabalho em rede seria a metodologia de trabalho por excelência. De salientar ainda que nestas famílias deve trabalhar-se a relação das mesmas com a comunidade de forma a fortalecer as relações estre as mesmas e família alargada, vizinhos e amigos que desempenham um papel fundamental como fatores de proteção em situações de risco de risco ou stresse parental

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alarcão, M. (2002). (Des)Equilíbrios Familiares (2ª Ed.). Coimbra: Quarteto Editora.

Alegret, J. & Baulenas, G. (1997). La intervencion. In M. Coletti, J. L. Linares (comp.), La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática, la experiència de Ciutat Vella (pp. 125-162). Barcelona: Paidós.

Alonso, L. & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconómico. *Psicología em estudo*, 11, 63-71.

Bronfenbrenner, U. (1979). The Ecology of Human Development - Experiments by Nature and Design Cambridge. Massachusetts: Harvard University Press.

Cancrini, L., Gregório, F. & Nocerino, S. (1997). Las familias multiproblemáticas. In M. Coletti, J. L. Linares (comp.), La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática, la experiència de Ciutat Vella (pp. 45-82). Barcelona: Paidós

Calheiros, M. M. (2006). A Construção Social do Mau Trato e Negligência Parental: Do senso comum ao conhecimento científico. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Cruz, O. (2005). Parentalidade. Coimbra: Quarteto.

Fuster, E. & Ochoa, G. (2000). Psicologia Social de la Familia. Barcelona: Paidós.

Garcia, M. et al.(2004). Perfil de las Familias Usuaris de Servicios Sociales e Comunitarios. *Portulária* 4, 95-102.

- Lin, N. & Ensel, M. (1989). Life Stress and Health: Stressors and Resources. *American Sociological Review*, 54, 382-399.
- Linares (comp.), La intervención sistémica en los servicios sociales ante la familia multiproblemática, la experiencia de Ciutat Vella (pp. 23-44). Barcelona: Paidós.
- López, M., Rosales, J., Chávez, M., Byrne, S., Cruz, J. (2009). Factores que influyen en el pronóstico de recuperación de las familias en riesgo psicosocial: el papel de la resiliencia del menor. *Psicothema*, 21(1), 90-96.
- Madsen, W. C. (1999). Collaborative therapy with multi-stressed families: from old problems to new futures. New York: The Guilford Press.
- Minuchin, P. (1998). Children and Family Therapy: Mainstream Approaches and the Special Case of the Multicrisis Poor. In R. H. Mikesell, D. Lusteran & S. H. McDaniel (Eds), *Integrating Family Therapy: Handbook of Family Psychology and Systems Theory*, (pp.113-124). Washington: American Psychological Association.
- Minuchin, S., Montalvo, B., Guerney, B., Rosman, B. & Schumer, F. (1967). *Families of the slums: an exploration of their structure and treatment*. New York: Basic Books.
- Minuchin, P., Colapinto, J. & Minuchin, S. (1998). *Working with Families of the Poor*. New York: The Guilford Press.
- Neto, L. M. (1996). Familias Pobres y Multiasistidas. (In Millán, M. dir.), *Psicología de la familia – un enfoque evolutivo y sistémico* (Vol. 1, pp. 201-227). Valencia: Promolibro.

- Nunes, C., Lemos, I., Costa, D., Nunes, L., Almeida, A., (2011). Desafios y Perspectivas actuales de la Psicología: Social Support and stressful life events in portuguese Multi – problema families. INFAD Revista de Psicología (Vol. 5), 497-505. doi 0214 - 9877
- Palácios, J. & Rodrigo, M. J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. In M. J. Rodrigo & J. Palácios (Coords.), Familia y desarrollo humano (pp. 25-44). Madrid: Alianza Editorial.
- Pecnik, N., Daly, M. & Lalière, C. (2006). Towards a Vision of Parenting in the Best Interest of the Child. Council of Europe, Parenting in Contemporary Europe - Committee of Experts on Children and Families Positive Draft report to the CS-EF.
- Relvas, A. P. (2003). Por detrás do Espelho - Da Teoria à Terapia com a Família (2ª Ed.). Coimbra: Quarteto.
- Relvas, A. & Alarcão (2007). Era uma vez... Quatro terapeutas e uma família. Narrativa de uma terapia familiar. In M. Gonçalves & O. Gonçalves (eds.), Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança (2ª ed.). Coimbra: Quarteto
- Ribeiro, C. & Sousa, L.(2005). Percepção das famílias multiproblemáticas, pobres sobre as suas competências. *Psicologia*, 19, 169-191.
- Ribeiro, M. T. (1997). Psicologia da família: A emergência de uma nova disciplina. In Marchand, H.; Pinto, H. R.(1997). Família- Contributos da Psicologia e das ciências da educação, Lisboa: EDUCA.

- Rodrigo, M.J & Palacios, J. (1998) Conceptos y dimensiones en el analisis evolutivo - educativo de la familia. In M. J. Rodrigo & J. Palacios (Coords), Família y desarrollo humano (pp. 45 -70), Madrid: Alianza Editorial.
- Rodrigo M. J. & Palacios J. (2003), Familia y desarrollo humano. Madrid: Alianza Editorial.
- Rodrigues, S., & Sousa, L.(2009). Linking formal and informal Support in multiproblem Low-income families: the role of the family manager. Journal of community psychology, 5, 649 – 662.
- Sampaio, D., Gameiro, J. (2002). Terapia Familiar. 5ª Ed., Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, L. (2005). Famílias Multiproblemáticas. Coimbra: Quarteto.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S. & Grilo, P. (2007). Famílias Pobres: Desafios à intervenção. Lisboa: Climepsi.
- UNICEF (1989). A convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf
- Verdugo, S., Menéndez, S., Dardet, A., Lara, B.,García, L., García, Mª., Hidalgo, J. (2007). Evaluación del apoyo social mediante la escala assis: descripción y resultados en una muestra de madres en situación de riesgo psicosocial. Intervención psicosocial, 3, 323 -337.
- Vega, S. (1997). Instrumentos de trabalho. In M. Coletti, J. L. Linares (comp.), La intervención sistémica en los servicios sociales ante la família multiproblemática, la experiència de Ciutat Vella (pp.167-200). Barcelona: Paidós.

Voidanoff, P. & Donnelly, B. W. (1998). 'Parents' risk and protective factors of parental well-being and behavior'. *Journal of Marriage and the Family*, 60, 344-355.